

IMPRESSO ESPECIAL

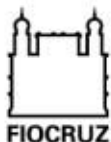
CONTRATO
Nº 050200462-2/2001

ECT/DR/RJ
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ



RADIS

comunicação em saúde



Nº 8 • Abril de 2003

Av. Brasil 4036/515, Manguinhos
Rio de Janeiro, RJ • 21040-361

Carne	6,0 kg
Leite	15,0 l
Feijão	4,5 kg
Arroz	3,0 kg
Farinha	1,5 kg
Batata	6,0 kg
Legumes	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg
Café em pó	600 g
Frutas	90 unid
Açúcar	3,0 kg
Óleo	1,5 kg
Manteiga	900 g



TEMA ESPECIAL


Fotografia da fome

- E MAIS: ♦ Mudanças na Previdência
♦ A polêmica safra de soja transgênica
♦ Doença de Chagas

JORGE SOLLÁ
O potencial da nova
Secretaria de Atenção à Saúde




Personagens da fome

A fome sempre foi uma 'personagem' do Radis. Vira e mexe aparece numa matéria, em forma de dados ou indicadores, ou numa notinha. Mas ela foi personificada de fato em dois 'bonecos'. Primeiro no nordestino e faminto *Quinino*, que habitou o rodapé das páginas do tablóide Proposta durante oito anos. O ronco da barriga de Quinino apareceu em muitas tirinhas, "tirando-lhe as palavras da boca". O segundo personagem marcante foi o cachorrinho vira-latas que ilustrou a revista Dados 16, sobre a Fome, em agosto de 1993. Lembro-me de uma discussão na redação, em que se questionava: "Isso vai dar galho. Vão dizer que a gente está chamando a população de cachorros". Eu respondi que essa poderia ser uma interpretação, mas que eu queria era chamar a atenção para o fato de que permitir que seres humanos passem fome é tratá-los como animais e que, sendo assim, "nada melhor do que um simpático cachorrinho mestiço para promover essa identificação". A revista foi pro prelo, e o resultado é conhecido: o 'cachorrinho da Fome' tornou-se um dos mais populares personagens do Radis.  (Caco Xavier)

PROMOÇÃO:

Dê um nome ao cachorrinho

O Radis promove um concurso entre seus leitores: "Dê um nome ao cachorrinho da Fome".

cadorrinho que nomeou, assinado pelo autor, e um livro da Editora Focruz. 

Cada leitor pode enviar no máximo três sugestões, por carta, fax ou e-mail (endereços no expediente), e o resultado será divulgado na edição da Radis 10, em maio. Os dez leitores melhores selecionados ganharão um kit promocional da Focruz e da Asfoc (Associação dos Funcionários) e o vencedor receberá também um desenho original do



Tiras publicadas no jornal Proposta.



forçada é resultado direto da desvalorização crescente do

A arte das guerras

Julia tem 13 anos, é aluna da oitava série de uma escola carioca e recebeu de seus professores a tarefa de compor “um trabalho sobre a Guerra”. Ela e seus companheiros de grupo não gostaram muito da idéia de meramente apresentar uma pesquisa descrevendo, por exemplo, a ofensiva de George Bush, o Filho, contra o Iraque, e decidiram elaborar o trabalho em quatro partes: ‘Guerra contra a Fome’, ‘Guerra contra a Aids’, ‘Guerra contra as Drogas’ e ‘Guerra contra a Guerra’. Julia e seus amigos são muito jovens pra perceberem a importância da inversão de perspectiva e de expectativas que propuseram.

Há guerras necessárias, e a Saúde lutou e luta em inúmeras dessas frentes de batalha. Em vez de promover guerras que matam pessoas, destroçam famílias, liquidam culturas milenares em nome de bens como ‘território’, ‘mercado’, ‘petróleo’ ou simplesmente ‘poder’, a Saúde combate a fim de evitar as mortes, as doenças e o mal estar das pessoas, promovendo a vida e incrementando-a com qualidade.

Uma dessas batalhas é a guerra contra a Fome, declarada logo no primeiro dia do governo Lula. Nossa colaboração, este mês, traduz-se numa matéria extensa de 21 páginas, historiando a fome no Brasil, descobrindo suas relações com fatores sociais, econômicos e políticos, identificando as grandes questões e obstáculos a transpor e divulgando e anali-

sando criticamente o Programa Fome Zero, diretriz maior do novo governo. Grande batalha, essa, que por enquanto não tem vencedores, apenas vencidos. Os grandes generais sabem que, numa guerra, nem o ceticismo nem o ufanismo são bons conselheiros, que não basta ter razão para vencer uma guerra e que ninguém a vence só com palavras.

Em tempos de mercado globalizado e Big Brother, a *Arte da Guerra* se tornou obra de cabeceira. O general chinês Sun Tzu, há 2.500 anos, dizia: “A garantia de não sermos derrotados está em nossas próprias mãos, porém a oportunidade de derrotar o inimigo é fornecida pelo próprio inimigo. Pode-se *saber* como conquistar a vitória, sem ter capacidade de *fazê-lo*”. E mais: “A inteligência nunca foi associada a decisões demoradas. Não há, na história, notícia de um país que se tenha beneficiado com uma guerra prolongada”.

A guerra contra a Fome é justa e necessária, e esperamos que nossa reportagem ofereça um conhecimento maior do exército inimigo e do nosso, e também do território e dos recursos. Como diz Sun Tzu: “Se conhecemos o inimigo e a nós mesmos, não precisamos temer o resultado de uma centena de combates. Se nos conhecemos, mas não ao inimigo, para cada vitória sofreremos uma derrota. Se não nos conhecemos, nem ao inimigo, sucumbiremos em todas as batalhas”.

CACO



Memória	2
♦ Personagens da Fome	
Editorial	3
♦ A arte das guerras	
Caco	3
Cartas	4
Súmula da Imprensa	5
Seguridade Social	33
♦ As propostas de mudança na Previdênciatransgênica	
Tema Especial	
Fotografia da Fome	8
♦ Breve história do combate à fome	
♦ Cesta básica e salário mínimo	
♦ Os números da fome e da pobreza no Brasil	
♦ Produção, distribuição de alimentos, a seca nordestina	
♦ O Programa Fome Zero e as políticas de governo	
Entrevista: Jorge Solla	29
♦ Novo secretário de Atenção à Saúde espera superar fragmentações e superposições de ações	
Doença de Chagas	32
♦ Prevenção e Educação para erradicar a doença na Bahia	
Biotechnology	33
♦ A polêmica safra de soja transgênica	
Serviços	34
Pós-Tudo	35
♦ O teste de gravidez	
Ora, Pímulas...	35

Capa: Aristides Dutra

A tabela de alimentos e quantidades que compõe a foto representa a Cesta Básica Nacional, referente ao consumo individual mensal de um trabalhador adulto.

CARTAS



BONITA E COM CONTEÚDO

Olá pessoal da Radis! Sou enfermeira do Programa Saúde da Família de Campina Grande (PB) e estou cursando uma especialização para profissionais do PSF e hoje (hoje mesmo, acredite) ganhei de uma amiga exemplares da Radis 4 e 5, respectivamente novembro e dezembro/2002, que falam sobre o PSF. Qual não foi a minha surpresa em ver a Radis. Tão bonita por fora e, por dentro, com matérias tão diversas quanto pertinentes ao cenário atual da saúde. Então não perdi tempo. Impossibilitada de usar o computador, escrevo-lhes de próprio punho para pedir encarecidamente para ser incluída no rol dos 'agraciados' com esta revista. Somos 36 alunos na minha turma de especialização (entre médicos e enfermeiros) e estamos necessitando de informações atualizadas e vocês podem nos ofertar isso.

Claudia Santos Martiniano (por carta)

CORREDOR DE SAÚDE PREVENTIVA

Foi com muita alegria e sabor de vitória que recebi várias revistas enviadas por vocês, que gentilmente atenderam a minha solicitação. Tenham certeza que elas estão sendo de grande utilidade para o meu trabalho. No *Corredor de Saúde Preventiva*, parte de uma ação global que reuniu várias entidades, utilizei pequenas reportagens, cartazes e frases, que foram ampliadas e coladas em divisórias formando um corredor no qual as pessoas passavam, liam e formavam pequenos grupos para comentar o que mais havia lhes chamado atenção, colocando suas opiniões. O sucesso do trabalho, eu agradeço à sensibilidade de vocês.

Também gostaria muito de ver na revista uma matéria que enfocasse a questão da interdisciplinaridade na abordagem da Saúde Pública, que mostrasse algum projeto, tese ou prática que tenha como eixo a intervenção de vários saberes e as múltiplas visões (psicológica, social, ambiental, médica, jurídica) sobre o tema, pois meu interesse é despertar nas pessoas a questão dessa interface ou transversalidade.

Márcia de Jesus Reimão
Nova Friburgo - RJ (por carta)

♦ *O assunto sugerido é muito oportuno, Márcia. O Radis planeja, brevemente, iniciar uma série de reportagens sobre Experiências Inovadoras, nas quais a interdisciplinaridade é questão central.*

RADIS É 10!

Sou servidor da Fundação Nacional de Saúde (FNS) há 20 anos, sempre trabalhando na Campanha de Chagas. Gostaria de saber onde encontrar medicação gratuita para pacientes com a doença de Chagas, pois tenho encontrado no meu trabalho pacientes carentes que não podem encontrar os medicamentos e esses medicamentos não são fornecidos pela prefeitura de Irarã, na Bahia (Ba). Me informem sobre cursos em Educação a Distância para profissionais em Saúde. A Radis é 10.

Roque Carneiro de Oliveira (por carta)

♦ Nota do Radis:

Para conseguir o medicamento, a pessoa deve procurar um estabelecimento do SUS para uma consulta. Constatada a doença, o médico emitirá uma autorização para a retirada do medicamento, que é gratuito. Mais informações sobre locais de atendimento, entre em contato com o Disque-Saúde, do Ministério da Saúde pelo telefone 0800-611997.

Por sugestão do leitor, o Radis resolveu fazer uma matéria sobre a Doença de Chagas (veja na página 28 desta revista).

EXPEDIENTE



RADIS é uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis (Reunião, Análise e Difusão de Informação sobre Saúde), da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp).

Periodicidade: Mensal
Tiragem: 42 mil exemplares
Assinatura: Grátis

Presidente da Fiocruz: Paulo Buss
Diretor da Ensp: Jorge Bermudez

PROGRAMA RADIS

Coordenador: Rogério Lannes Rocha
Editor: Caco Xavier

Subeditora: Ana Beatriz de Noronha

Subeditor Gráfico: Aristides Dutra

Redação: Daniela Sophia e Katia Machado

Administração: Luis Otávio e Vanessa Santos

Estudos, Pesquisas e Projetos: Justa Helena Franco (gerência de projetos), Jorge Ricardo Pereira e Laís Tavares

Endereço

Av. Brasil, 4036, sala 515
Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ
CEP 21040-361
Telefone: (21) 3882-9118
Fax: (21) 3882-9119

E-Mail: radis@ensp.fiocruz.br

Site: www.ensp.fiocruz.br/publi/radis/prgradis.htm

Impressão e Fotolito

Ediouro Gráfica e Editora SA

JORNALISMO PARTICIPATIVO: O Radis na Rede Unida

A equipe do Radis estará presente no *AV Congresso da Rede Unida* com o objetivo de estabelecer um diálogo claro e permanente com os trabalhadores, pesquisadores e professores que lidam com formação profissional em saúde no Brasil. A melhor forma de dar início a este diálogo com leitores é avaliar com eles a série de cinco reportagens do Radis sobre recursos humanos, formação profissional e educação. Não podemos prescindir da opinião e das críticas qualificadas dos leitores, se queremos fazer um jornalismo cada vez melhor e mais útil. Anote a data, e não deixe de comparecer:

Formação Profissional e as reportagens do Radis – Avaliação com os leitores. Londrina (PR), 26 de maio, segunda-feira, às 20 horas.

SÚMULA DA IMPRENSA

CAMPANHA DE VACINAÇÃO PARA EPIDEMIA DE GRIPE

A Organização Mundial da Saúde, durante uma reunião do comitê executivo da instituição, alertou para uma epidemia de gripe causada por uma mutação do vírus *influenza*, recomendando aos países que elaborem planos nacionais de contingência aumentando o número de pessoas vacinadas. O alerta tem como objetivo evitar epidemias, como a da Gripe Espanhola que, em 1918, matou quatro milhões de pessoas.

O governo brasileiro lançará em abril a Campanha de Vacinação contra a Influenza para o idoso, tendo como meta a imunização de 10,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos, chegando a 70% da população idosa até 2005. Segundo informações do Ministério da Saúde, para que a campanha seja eficaz é necessário fazer uma avaliação de cada microrregião de saúde e melhorar a comunicação entre os laboratórios e centros epidemiológicos.

CAMPANHA DO MS INCENTIVA TESTES DE HIV

‘Fique sabendo’ é o slogan da campanha que pretende convencer as pessoas a fazer o teste de HIV, desmistificar o exame e torná-lo um teste de rotina. Com isso, o Ministério da Saúde espera que haja um aumento na procura de até 20 % nos 300 Centros de Testagens Anônimas. Já foram notificados no país, desde o início da epidemia, 237 mil casos, sendo que 172 mil ocorrem em homens e 65 mil em mulheres. Embora tenha ocorrido uma redução de casos desde 1999, o Ministério da Saúde estima que hoje, dentre as 600 mil pessoas infectadas, 400 mil ainda não sabem que têm o vírus. Mais informações:

Coordenação Nacional de DST/Aids
Tel.: (61) 448-8100

PESQUISA MUNDIAL DE SAÚDE

Como anda a saúde no Brasil? Essa é a pergunta que norteia uma grande pesquisa sobre o desempenho do Sistema de Saúde do Brasil, desenvolvida pela Fundação Oswaldo Cruz em parceria com o Ministério da Saúde com o objetivo de traçar dire-

trizes para aprimorar o sistema de saúde no país e contribuir para a elaboração de diretrizes de políticas de saúde. O estudo está sendo realizado simultaneamente em vários países com o apoio da Organização Mundial de Saúde. Ao todo, cinco mil famílias serão entrevistadas em todos os estados.

Na pesquisa, serão abordadas as seguintes questões: estado de saúde da população, fatores de risco, acesso a programas de saúde e diagnóstico e tratamento de problemas crônicos e gastos das famílias em saúde.

Mais informações:

Departamento de Informação em Saúde (DIS/CICT)

Tel.: (21) 2598-4242

IMPOTÊNCIA ATINGE OITO MILHÕES DE BRASILEIROS



No Brasil, a impotência atinge pelo menos oito milhões de homens e essa disfunção tem como causas principais o cansaço físico, o estresse e a ansiedade. Mas um dos grandes problemas relacionados à impotência ainda é a demora do paciente em buscar ajuda médica. Essa demora está diretamente relacionada ao preconceito social.

Hoje existem muitas formas de tratamento: uso de medicamentos, cirurgia, próteses e tratamento psicológico, entre outras. Mas todos são unânimes em afirmar que a melhor forma de combater o problema ainda é buscar ajuda de um médico.

INICIATIVA DE DROGAS PARA DOENÇAS NEGLIGENCIADAS

Realizada pelo grupo Médicos Sem Fronteiras (MSF), a DNDI (sigla em inglês para *Iniciativa de Drogas para Doenças Negligenciadas*) tem como

proposta coordenar e incentivar estudos das chamadas doenças negligenciadas, que são: malária, mal de chagas, leishmaniose e doença do sono. Por serem típicas de países pobres, essas doenças não interessam às grandes indústrias farmacêuticas e a prova disso está nas conclusões de um estudo feito por pesquisadores do MSF sobre onze das vinte maiores indústrias farmacêuticas do mundo, mostrando que oito delas nada gastaram com o desenvolvimento de drogas para essas doenças. Para incentivar o desenvolvimento de pesquisas por meio de incentivos financeiros, um dos objetivos da DNDI é ter um orçamento anual de R\$ 25 milhões por um período de 12 anos, que será otimizado utilizando as estruturas de organismos que estão interessados nas pesquisas.

DENGUE

O Ministério da Saúde anunciou em fevereiro o investimento de R\$ 1 bilhão para o combate à dengue, lembrando que a integração entre municípios e estados está sendo fundamental para o desenvolvimento de estratégias de prevenção.

Na mesma época, a Fundação Oswaldo Cruz divulgou o desenvolvimento de uma vacina, testada com êxito em animais, que pode vir a ser a mais nova arma para a prevenção da dengue, uma doença infecciosa febril aguda, transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*, e que, somente no ano passado, afetou quase 800 mil brasileiros.

OMS ALERTA PARA A NECESSIDADE DO TESTE DA ORELHINHA EM BEBÊS

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 2 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva causada não só por fatores hereditários, mas também por doenças como rubéola durante a gestação.

Mas, de acordo com a OMS, se essa deficiência for diagnosticada até os três meses de idade, pode haver uma chance de diminuir o problema. O exame é simples e chamado teste da orelhinha, tendo sido recomendado pela Organização.

CAMPANHA CONTRA OSTEOPOROSE



Com o slogan 'Se você deixar, a osteoporose vem e fica', a campanha de combate à osteoporose aconteceu no dia 16 de março simultaneamente em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília para combater e controlar a doença que atualmente atinge cerca de oito milhões de mulheres no país. Realizada em parceria com a Sociedade Brasileira de Densitometria Clínica e com o Ministério da Saúde, a campanha teve como objetivo oferecer informações, exames gratuitos ou a preço de custo para os pacientes do Sistema Único de Saúde. Na ocasião, foram montadas tendas em praças públicas para a distribuição de material impresso e palestras com profissionais da área. A osteoporose se caracteriza pelo enfraquecimento dos ossos tendo como consequência o aumento no risco de fraturas. No Brasil estima-se que, das oito milhões de mulheres com a doença, cerca de 30% delas (ou 2,3 milhões) sofrerão fratura, e aproximadamente 200 mil morrerão em consequência da osteoporose.

GOVERNO LIBERA PREÇO DE 260 MEDICAMENTOS

O governo federal liberou recentemente o preço de 260 medicamentos, o que representa 8% de todos os remédios cuja venda é feita sem necessidade de apresentação de receita médica, como analgésicos e antitérmicos. A decisão, que foi tomada durante reunião da Câmara de Medicamentos do Ministério da Saúde, faz parte de um acordo firmado com a indústria farmacêutica durante o período de transição do governo de Fernando Henrique Cardoso para o de Lula, para impedir um aumento de preços. A liberação, no entanto, está dividindo opiniões. De um lado, o secretário-executivo do Ministério da Saúde, Gastão Wagner, acredita que a medida impedirá o aumento de preços, pois a liberação gerará um aumento da concorrência entre os fabricantes. De

outro, o diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica do Ministério da Saúde, Norberto Rersch, acredita que essa lista promoverá uma elevação excessiva, pois os fabricantes poderão partir para um acordo conjunto. Após essa liberação, a meta é que em julho seja anunciada uma nova política para regular os preços dos medicamentos.

ACORDO SOBRE PATENTES GERA IMPASSE NA OMC

Uma reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Genebra aconteceu recentemente para concluir um acordo sobre patentes de remédios, tendo como objetivo central permitir o acesso dos países em desenvolvimento a remédios mais baratos. Os governos, no entanto, não conseguiram chegar a uma conclusão sobre o acordo.

O maior entrave deveu-se à relutância dos Estados Unidos, ao argumentarem que a liberação dos genéricos acarretaria uma queda das vendas de suas empresas farmacêuticas, pois perderiam mercado para fabricantes de genéricos do Brasil e da Índia. O Brasil, que defende uma solução para o tratado de patentes, sugeriu a criação de um mecanismo na OMC para garantir a importação de genéricos apenas aos países que de fato não possuíssem capacidade produtiva.

COMEÇA DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS PARA CONTROLE DA AÍDS



As verbas destinadas ao controle de Aids HIV/Aids e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST), serão repassadas diretamente do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais com o objetivo de descentralizar as ações de prevenção à Aids por meio do controle social dos Conselhos de Saúde locais. Com essa medida, haverá ampliação de 150 para 411 no número de municípios a receberem os recursos, e aumento do repasse de R\$ 68,4 milhões para R\$ 100

milhões. Além disso, as organizações não-governamentais que trabalham na prevenção receberão 10% do total dos recursos repassados aos estados para ampliar as ações e estreitar a relação entre a sociedade civil e as coordenações estaduais de DST/Aids. Para receber esses recursos, os gestores do sistema têm que apresentar não só um plano de ações, mas também um plano de metas pactuadas nas comissões bipartite (estados e municípios) e tripartite (estados, municípios e Ministério da Saúde).

PESQUISA APONTA IRREGULARIDADES EM PLANOS DE SAÚDE

Pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) concluiu que no país a legislação não é cumprida integralmente pelos planos de saúde, existindo uma contradição entre as práticas do mercado, os contratos e a legislação do setor. Para verificar as irregularidades, funcionários do Idec se passaram por consumidores. A pesquisa foi realizada com oito das maiores empresas do setor, que atendem cerca de 5 milhões de brasileiros, representando 14% do mercado de planos de saúde privados no país. A Unimed de São Paulo foi a empresa que teve o maior número de irregularidades, e a Sul América a que menos descumpriu regras. Os resultados do estudo foram encaminhados para a Agência Nacional de Saúde Suplementar e para o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

LEGISLAÇÃO

♦ O projeto de lei 25/2002, que tramita no Congresso, está causando uma polêmica no setor de saúde. De autoria do senador Geraldo Althoff (PFL/SC), o projeto visa regulamentar o ato médico na área da saúde, centraliza na prática médica o tratamento da saúde e está sendo considerado por algumas instituições, como o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP/SP), um retrocesso na luta pela interdisciplinaridade, pois a medida impedirá que profissionais de diversas áreas atuem conjuntamente. ■

SÚMULA DA IMPRENSA é produzida a partir da leitura crítica dos principais jornais diários e revistas semanais do país. Jornalista responsável: Daniela Sophia

SEGURIDADE SOCIAL

As propostas de mudança na Previdência

Katia Machado

A Previdência Social é a parte da política de Seguridade Social de uma nação, cujo objetivo é proteger os trabalhadores segurados contra os riscos de abandono na doença e na velhice. Esse setor, devido à sua importância e às mudanças contínuas da sociedade, já sofreu muitas atualizações ao longo dos anos. A mais recente, aprovada em dezembro de 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, retirou, acrescentou e alterou normas que regiam o sistema previdenciário brasileiro, especialmente no que dizia respeito às aposentadorias. Hoje, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva tem como prioridade a promoção de uma nova reforma previdenciária, afirmando que ela é necessária para conter um déficit no orçamento público que chegou a R\$ 53 bilhões.

De acordo com a Reforma de 98 em prática, o critério para aquisição do direito à aposentadoria é o tempo de contribuição para a Previdência Social mais a idade mínima, distinguindo os trabalhadores que já estão no mercado de trabalho e que têm direitos adquiridos daqueles que começaram a trabalhar depois da norma vigente. Atualmente, para receber a aposentadoria integral, o trabalhador do setor privado, filiado ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), precisa ter contribuído no mínimo 35 anos (homens) e 25 anos (mulheres) e ter no mínimo 53 anos (homens) e 48 anos (mulheres). Para quem, na época da promulgação do texto, não havia atingido esse tempo mínimo, o tempo para se aposentar sofreu um acréscimo de 40%. Isto quer dizer que, para cada 5 anos que estiverem faltando para completar os 35 anos, a pessoa deve trabalhar um ano a mais. Para aqueles que começaram a trabalhar após a Reforma, a contribuição deve ser feita por pelo menos 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) e deixa de ter direito à aposentadoria proporcional.

No caso do trabalhador do setor público, as regras são equivalentes, sendo que é preciso ter 10 anos de funcionalismo e 5 anos no cargo. Para



o servidor que começou a trabalhar depois da reforma, é preciso contribuir durante 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) e ter, no mínimo, 60 anos (homens) e 55 anos (mulheres). Quando o tempo mínimo não for atingido, a aposentadoria integral sofre um acréscimo de 20%, ou seja, dois anos a mais de contribuição para cada 10. Um servidor, por exemplo, que havia trabalhado 25 anos até a nova regra ser publicada precisaria mais 10 anos para se aposentar. Com o acréscimo de 20% a esses 10 anos restantes, o tempo de contribuição sobe para 12 anos. Para o pedido de aposentadoria proporcional, o acréscimo é de 40%, ou seja, 4 anos para cada 10.

Quanto às aposentadorias especiais, essas passaram a ser concedidas em caráter individual, desde que o indivíduo comprove ter trabalhado em condições especiais, insalubres ou perigosas, e não mais por categoria profissional.

Crítico da reforma promovida em 1998, o atual governo já apresentou algumas propostas para uma nova reforma previdenciária. A primeira e principal delas seria unificar os sistemas de contribuição, tanto para servidores públicos dos três níveis de governo quanto privados. Além disso, o servidor que hoje paga 11% sobre o salário bruto passaria a descontar sobre o teto do INSS, que é de R\$ 1,561,56. Para se aposentar com um valor superior, os funcionários teriam que contribuir para um fundo de pensão.

Essa proposta, no entanto, já vem sendo repensada pelo atual ministro da Previdência, Ricardo Berzoini. Segundo ele, embora esse seja o modelo defendido no programa de gover-

no, não há folga do orçamento que permita a sua rápida implantação. A transição para o sistema único implicaria em um aumento de despesa de R\$ 1,7 bilhão ao ano só para a União, sem contar estados e municípios. Por isso, a tendência da reforma é a de não eliminar os regimes próprios de previdência dos servidores.

Hoje, a principal proposta é ampliar as regras de carência para aposentadoria no serviço público. O governo vem analisando a possibilidade de dobrar os atuais prazos, ou seja, a exigência de 10 anos de serviço público passaria para 20 anos e o limite mínimo de 5 anos de exercício efetivo no cargo subiria para 10 anos. Além disso, está propondo a elevação da idade mínima em sete anos, a redução das pensões em 30%, mudanças no cálculo de novas aposentadorias com base no salário líquido e a aprovação do projeto de lei número 9 (PL-9), enviado pelo governo anterior, que permite a fixação de um teto para aposentadoria do servidor igual ao do INSS. Essa é uma medida que também já vem sendo repensada. O governo decidiu, recentemente, colocar o projeto em votação com algumas modificações, como a retirada do artigo que estabelece a contribuição que o servidor deverá fazer ao fundo de previdência. Apesar das críticas de especialistas e servidores, com a adoção dessas medidas, o Ministério da Previdência calcula que seja possível economizar já no ano que vem R\$ 1,7 bilhão.

Em discursos com prefeitos, reunidos em Brasília, no dia 11 de março, Berzoini disse que muitas distorções podem ser combatidas no sistema, entre elas a exigência de pouco tempo de serviço para a aposentadoria integral, a transferência da pensão inteira para o cônjuge e a remuneração de aposentados maior do que a de trabalhadores da ativa. Visando a uma economia de R\$ 52 bilhões para a Previdência da União, em 30 anos, o ministro da Previdência afirmou que é necessário que se aprove um conjunto de medidas no setor público, como o fim da regra de transição para a idade, o pagamento de novas aposentadorias pela remuneração líquida e a diminuição da pensão para 70% do benefício original. ■

TEMA ESPECIAL

FOTOGRAFIA DA
fome

Caco Xavier

O mundo inteiro viu a foto do repórter fotográfico sul-africano Kevin Carter, clicada em 1993, no Sudão. A cena provoca náuseas: uma criança negra, esquelética, curvada sobre si mesma e totalmente apática pendura-se a um fio de vida no arcaico solo africano enquanto, a curta distância, um silencioso abutre aguarda pacientemente o momento de sua morte por inanição. A imagem provocou cho-

cantes reações em todos que a viram, e foi uma das causas do suicídio do fotógrafo, apenas dois meses depois de ter conquistado, graças a ela, o cobiçado Prêmio Pulitzer de 94. Carter não suportou a responsabilidade de tê-la produzido e publicado.

Qual é a causa do sofrimento diante dessa imagem? Primeiramente, o lugar do homem. Não é mais o homem que come, que domina, que festeja, e sim é a besta que devora o homem. O homem torna-se alimento do animal. Mas o animal não é um leão, que investe e luta, e que dignifica a morte de um guerreiro *masai*;

*Fome! E, na ânsia voraz que, ávida, aumenta,
Receando outras mandíbulas a esbanjem,
Os dentes antropófagos que rangem,
Antes da refeição sanguinolenta.*

AUGUSTO DOS ANJOS (1884 — 1914)

A FOME E O AMOR (A UM MONSTRO)

não é uma víbora traiçoeira, que escondida inocula o secreto veneno; não é uma bactéria ou um vírus, que, invisíveis, promovem a corrupção de dentro pra fora. O animal é um abutre, covarde comedor de carniça, que ali se nutre da mais evidente decadência da experiência humana: a morte em decorrência da fome, no fértil planeta em que reinamos absolutos e dominamos com a razão, a arte e a ciência. Para os que adotam tal dicotomia, é a vitória da Natureza sobre a Cultura, em virtude de um erro crasso dessa última.




Em segundo lugar, há compaixão. O sofrimento de uma criança, devido a algum misterioso mecanismo interno nosso, faz disparar uma imediata empatia, e tal sofrimento dói em nós, por mais distante que esteja. 'Sofremos-com', co-padecemos, e isso acarreta uma terrível responsabilidade. Carter sentiu-se responsável não só por ter clicado a foto, mas também pela situação em que se encontrava aquele pequeno ser humano sem nome. Ele viu a menina cambalear, tentando chegar a um posto de alimentação, até deixar de resistir. Ele esperou, segundo suas próprias palavras, cerca de vinte minutos para acionar o disparador, aguardando que o abutre abrisse as asas, o que não aconteceu. Depois de fazer a foto, espantou a ave, sentou-se junto a uma árvore e acendeu um cigarro. A criança estava morta. "Falei com Deus, senti vontade de abraçar minha filha e chorei", disse. Em entrevistas posteriores, Carter deu várias versões para o que fez depois de ter clicado a foto. O peso dessa responsabilidade foi maior mesmo do que o valor de sua própria vida.

Nós olhamos a foto e a foto, tal como na expressão nietzscheana acerca do abismo, também olha dentro de nós. Ao encararmos a foto, nos sentimos responsáveis por vê-la. Podíamos preferir não tê-la visto, como o fotógrafo preferia não tê-la feito ("Odeio aquela foto", disse, certa vez). Tarde demais: somos eternamente responsáveis pelo que vemos e ouvimos, pelo que 'cativamos' e aprisionamos em nós. Cada um, é claro, lida à sua maneira com essa responsabilidade. Em terceiro lugar, aparece uma forte reação de culpa. Culpa porque comemos, porque nossos filhos comem, porque permitimos que outras pessoas sofram a fome num mundo (sabe-se disso) perfeitamente abastecido e generoso. Culpa por culparmos o Estado e depois lavarmos as mãos. Culpa por elegermos governantes incapazes de co-padecerem, como nós e conosco.

O fato é que a fome avilta o lugar do homem neste planeta, que não precisa ser o píncaro de uma dominação egóica e exterminadora, mas pode bem (e deve!) ser uma verde planície de integração com todas as outras formas de vida, pelo reconhecimento que a vontade-de-viver as anima da mesma maneira que a nós. A fome de um indivíduo é o sofrimento indizível de toda a espécie, e co-padecemos, e abre-se em nós um vazio moral impossível de ser preenchido, por mais dinheiro que gastemos nos shopping-centers ou por mais títulos e realizações que acumulamos. Por fim, a fome no planeta é um dedo acusador constantemente apontado para nosso rosto, a nos recordar nossa monumental, ancestral, fundamental, inacreditável falha. "A fome existe desde sempre", dizem alguns. Isso só quer dizer que, desde sempre, falhamos.

Ilustrações

Optamos por complementar esta reportagem de duas maneiras: com literatura e com humor. Da literatura tiramos a arte poética de Gregório de Matos, Machado de Assis, Castro Alves, Euclides da Cunha, Augusto dos Anjos, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Patativa do Assaré, João Cabral de Melo Neto, Haroldo de Campos e Ferreira Gullar, que, de um modo ou de outro, representaram a fome em suas páginas. A poesia, como diz Manoel de Barros, é um "desaprender os princípios", um "fazer delirar o verbo". Desse delírio nasce outra intuição do mesmo mundo. Do humor utilizamos os cartuns de Edgar Vasques, Luiz Fernando Veríssimo e Afo para mostrar aquilo que a razão não consegue dizer. O cartum atravessa nossas mentes lógicas com uma flecha de fogo que estabelece outra 'lógica', uma súbita e íntima revelação cuja expressão é a risada. Nossos profundos agradecimentos aos artistas.

Os melhores olhos para lermos esta revista, e para encararmos o problema da fome no Brasil, são os olhos de quem, como Édipo, dispõe-se com toda a alma a remediar uma falha, a extirpar uma grave mancha que conspurca sua terra. Ao final do ato, podemos vir a descobrir, como Édipo, que nós mesmos somos a causa e os causadores de tal mancha. Não somos gregos, não precisamos arrancar os olhos por isso. Mas somos brasileiros, mestiços, apaixonados, bem-humorados, resistentes e criativos. Bem que podemos dar um jeito. 

Invertendo-se a figura, alimentos...

O HORTELÃO, GIUSEPPE ARCHIBOLDO, C. 1590



...formam-se pessoas bem alimentadas.

O RADIS ADVERTE:

Quem tem fome tem pressa, pois saco vazio não pára em pé e, se a fome é má conselheira, é porque o homem é aquilo que come. Está mais do que claro que passar fome faz muito, muito mal à saúde. E que, por outro lado, apesar de toda boa vontade das campanhas e do programa de governo de combate à fome, prudência e caldo de galinha não fazem mal a ninguém. Prudência não nos falta, mas o caldo de galinha, até esse anda faltando.

Fome crônica de cidadania

“ Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha. Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de ‘Fome Zero’. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: Vamos acabar com a fome em nosso País. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do País.

Luiz Inácio Lula da Silva, 1º de janeiro de 2003



Ana Beatriz de Noronha, com
colaboração de Katia Machado

Com essas palavras, ditas em seu discurso de posse, o presidente Lula trouxe à baila o polêmico tema da fome. Mas o que é exatamente *fome*? De que fome tratamos quando falamos em ‘acabar com a fome no país’? Por que motivo, quando se fala de fome, se fala obrigatoriamente em pobreza?

Segundo Ricardo Abramovay, no livro *O que é fome*, da coleção *Primeiros Passos*, a palavra fome tem dois significados bem distintos. Um deles é o de apetite, vontade de comer, um fenômeno instintivo que nos leva a buscar alimentos e, conseqüentemente, preservar a nossa vida. O outro, de subalimentação ou desnutrição, tem a ver com a impossibilidade de se alimentar ou com o fato de se alimentar de forma errada.

Para Carlos Augusto Monteiro, do Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, é preciso que se defina com clareza a dimensão que cada um desses “três flagelos” — a pobreza, a desnutrição e a fome — alcançam em nosso país.

— Pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satis-

fação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação e assistência à saúde. As definições operacionais de pobreza levam em conta a renda das famílias e a chamada linha de pobreza corresponde ao mínimo de renda que as pessoas devem ter para satisfazerem suas necessidades básicas. Quando a linha da pobreza se baseia apenas no custo da alimentação, estamos diante de uma condição de *pobreza extrema* ou *indigência*. As deficiências nutricionais, por sua vez, são doenças que decorrem da ingestão insuficiente de energia e de nutrientes ou ainda do mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos, e pode ser perfeitamente diagnosticada por meio de exames laboratoriais. Resta a fome, certamente o problema mais difícil de se definir e mensurar. “Se descartarmos a fome aguda, ou momentânea, que corresponde ao apetite, temos que pensar na fome crônica, permanente, que ocorre quando a alimentação habitual não propicia ao indivíduo energia (calorias) suficiente para a manutenção do seu organismo e para o exercício de suas atividades cotidianas”, explica o professor, lembrando que as dificuldades técnicas de se medir, de forma confiável, a ingestão alimentar habitual dos indivíduos e suas

correspondentes necessidades energéticas tornam difícil a mensuração direta da extensão da fome ou da deficiência energética crônica em uma população, que acaba sendo determinada de forma indireta a partir da avaliação do

percentual de pessoas que apresentam insuficiente relação peso/altura.

É possível, portanto, que uma pessoa seja pobre, mas não passe fome e que, em situações especiais, de guerra ou catástrofes naturais, por exemplo, haja fome sem que haja pobreza. Além disso, se podemos afirmar que a fome sempre acarreta deficiências nutricionais, não podemos dizer que todas as deficiências são devidas a falta de comida.

Muitas vezes a desnutrição ocorre por conta da baixa qualidade dos alimentos ingeridos, da falta de higiene no preparo dos alimentos, de doenças diarreicas e parasitoses intestinais ou até mesmo por questões sociais (preocupação com a estética) e culturais (restrições alimentares) ou por distúrbios alimentares de ordem psicológica, como a anorexia ou a bulimia. Isso significa que, apesar de serem igualmente graves e indesejáveis, a fome, a desnutrição e a pobreza não são a mesma coisa e, dessa forma, requerem também soluções com escala, investimentos e conteúdos distintos.

Na opinião de D. Mauro Morelli, bispo de Duque de Caxias (RJ), se houvesse decisão política e boa gestão seria possível acabar com a fome no Brasil em cinco anos, mas não com a miséria.

— Eu acho que temos condições e competência para produzir e distribuir alimentos e isso acabaria com o problema da fome. Quanto à miséria, eu penso que seriam necessários uns 50 anos para se eliminar as suas marcas.

Ainda de acordo com Carlos Augusto Monteiro, todas as ações

*Não nego meu sangue, não nego meu nome.
Olho para a fome, pergunto: que há?
Eu sou brasileiro, filho do Nordeste,
Sou cabra da peste, sou do Ceará.*

PATATIVA DO ASSARÉ (1909 — 2002)

CABRA DA PESTE

que combatam eficientemente a pobreza são obviamente muito importantes na luta contra a desnutrição e a fome. "Entretanto", diz ele, "a experiência nacional e internacional mostra que somente com a intensificação dos investimentos em educação, saneamento do meio ambiente e cuidados básicos de saúde poderá se erradicar o problema de forma definitiva".

— As evidências indicam que ações específicas de combate à fome, em particular ações de distribuição de alimentos, diretamente ou através de créditos ou cupons, deveriam ser empregadas no Brasil de modo limitado e apenas em condições excepcionais e devidamente justificadas. A expansão desmedida de ações de distribuição de alimentos, ao contrário do que talvez indiquem o senso comum e a indignação justificada diante de uma sociedade tão injusta como a brasileira, implicaria apenas consumir recursos que poderiam faltar para ações sociais melhor justificadas e mais eficientes — diz.

Para Chico Menezes, diretor de Programas do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), o termo 'fome' tem um apelo muito forte e serve para chamar atenção sobre um grave problema, mas, dentro do conceito de segurança alimentar, qualquer política que vise resolver o problema da fome não pode descuidar do aspecto nutricional.

— A falta de micronutrientes e componentes necessários à vida acaba gerando sérios danos à saúde e essa não pode ser considerada uma questão menor. Muitos acham que basta dar de comer, mas é importante ver o tipo de alimento e sua composição. No Brasil, existem problemas



RANGO — Edgar Vasques, 1978

nutricionais graves que atingem todas as camadas da população. É claro que as camadas mais pobres da população estão mais prejudicadas, mas algumas pesquisas mostraram que há deficiência de cálcio e ferro em todas as camadas sociais — explica ele.

O CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional tem sido difundido no mundo desde o início do século XX, e significa "garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana".

É um conceito muito abrangente que, segundo Chico Menezes, englo-

ba noções do alimentar e do nutricional, enfatiza os aspectos do acesso e da disponibilidade em termos de suficiência, continuidade e preços estáveis e compatíveis com o poder aquisitivo da população, ressalta a importância da qualidade e valoriza os hábitos alimentares adequados, colocando a segurança alimentar e nutricional como uma prerrogativa básica para a condição de cidadania.

O termo Segurança Alimentar surge após a Primeira Guerra Mundial, por causa da preocupação de que um país pudesse dominar outro, por meio do controle sobre o fornecimento de alimentos. Originariamente, portanto, a idéia de Segurança Alimentar fazia parte da idéia de Segurança Nacional e apontava para a necessidade de autosuficiência na produção e de formação de estoques estratégicos de alimentos.

No Brasil, para diversos autores, a principal causa para a insegurança alimentar é a dificuldade de acesso aos produtos alimentícios, principalmente por conta da falta de poder aquisitivo de uma grande parcela da população para adquirir a quantidade mínima de alimento necessária para sua sobrevivência. Existem, no entanto, muitos outros fatores que contribuem para a insegurança alimentar, entre os quais falta de acesso aos bens de produção, na área rural, especialmente à terra; falta de acesso a serviços públicos de água, esgoto, educação e saúde; dificuldade de acesso à informação, principalmente por conta do analfabetismo, aumento das importações de alimentos, deixando a soberania alimentar do país ameaçada, e ganância do empresariado nacional, que muitas vezes diminui a oferta de produtos, buscando uma elevação de preços.

Os efeitos da fome

Ninguém morre de fome, pelo menos segundo os atestados de óbito, que registram apenas as doenças e problemas causados por ela, como infecções ou falência de órgãos vitais. A morte, no entanto, é apenas o fim de uma agonia que apresenta diversos sintomas.

Após um dia sem comer, a pessoa tende a apresentar apatia, cansaço e fraqueza. O metabolismo e a pressão tendem a cair, resultando em sonolência e sensação de frio. O organismo começa a produzir cetonas, o que causa mau hálito. Após uma semana sem se alimentar,

a pessoa começa a ter câibras, redução da atividade cerebral, perda de peso e de massa muscular e diminuição do volume sanguíneo, o que dá à pele um tom amarelado. Quatro semanas sem comer levam, entre outros sintomas, a arritmias cardíacas, por falta de potássio, confusão mental, infecções na pele e nos intestinos, queda de cabelo, insuficiência renal e riscos de entrar em coma, caso a temperatura corporal caia a menos de 35° C. A fome prolongada, portanto, afeta, de uma maneira ou de outra, todos os órgãos do corpo humano. ■



Breve história do combate à fome

Ninguém pode negar: a questão da fome está na ordem do dia. A preocupação com o tema, no entanto, já é antiga para um grande número de pesquisadores, organizações não-governamentais, organismos internacionais e governantes. A novidade é que atualmente se fala abertamente sobre o assunto.

“Quais são os fatores ocultos desta verdadeira conspiração de silêncio em torno da fome? Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tomaram a fome um tema proibido, ou pelo menos pouco aconselhável de ser abordado publicamente”, perguntava e respondia Josué de Castro, em seu livro *Geografia*

da fome, publicado em 1946. O que mudou? O que fez cair o tabu?

UMA PEDRA NO SAPATO DO CAPITALISMO

Para muitos, o fato de a questão da fome ter chegado à mídia reflete uma determinação crescente que diversas organizações internacionais, entre elas a FAO e o Banco Mundial, demonstram no combate ao que pode ser caracterizado como o maior problema social da humanidade. Mais do que nunca, inúmeros programas desenvolvidos por essas organizações, em nível mundial, estão voltados para o combate aos flagelos da miséria e da fome, considerados símbolos de fracasso do capitalismo liberal, uma ideologia que afirma ser a única capaz

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (The Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO) foi fundada em outubro de 1945, com o objetivo de elevar os níveis nutricionais das populações, ampliar a produtividade agrícola, melhorar a qualidade de vida da população rural e contribuir para o crescimento da economia mundial. Hoje, a FAO agrega 184 países e mais a Comunidade Européia, como organização membro. Seu esforço maior é o de diminuir a fome, a desnutrição e a pobreza no mundo. Por meio da FAO, são aprovadas normas internacionais que cuidam da saúde e do meio ambiente, e muitos convênios e acordos são estabelecidos e pactuados. Entre os espaços de encontro e discussão dos países membros, o mais importante é a Conferência da FAO, na qual as nações se reúnem anualmente. A sede da FAO está localizada em Roma, na Itália, desde 1951.

Mais informações: www.fao.org



“Mais grave ainda que a fome aguda e total, devido às suas repercussões sociais e econômicas, é o fenômeno da fome crônica ou parcial, que corrói silenciosamente inúmeras populações do mundo.” (Josué de Castro)

Nascido em Recife, em 1908, Josué de Castro foi personalidade marcante na área de Alimentação e Nutrição e combate à fome. Formou-se em Medicina pela Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, e exerceu a carreira de professor no Brasil, na República Dominicana e no Peru.

A dedicação à causa da fome foi expressa por meio de ações e palavras. Em 1933, chefiou a Comissão que realizou o inquérito sobre as Condições de Vida das Classes Operárias do Recife e, em 1936, fez parte da Comissão de Inquérito para Estudo da Alimentação do Povo Brasileiro, realizado pelo Departamento Nacional de Saúde. Em 1939, idealizou e organizou o Serviço Central de Alimentação, que depois foi transformado no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em 1946, criou e dirigiu o Instituto de Nutrição da Universidade do

Brasil. Foi presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação; da Associação Mundial de Luta Contra a Fome (Ascofam); do Comitê Governamental da Campanha de Luta Contra a Fome, da Organização das Nações Unidas (ONU); do Centro Internacional para o Desenvolvimento (CID), em Paris; e da Associação Médica Internacional para o Estudo e Condições de Vida e Saúde (Amiev). A relevância de seu trabalho rendeu a Josué de Castro o convite da FAO para participar como delegado da Conferência de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas e para ser membro do Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da FAO.

Dono de uma extensa bibliografia, já em 1933 publicava *O problema da alimentação no Brasil*, o primeiro de mais de trinta trabalhos, entre os quais a *Geografia da fome* (1946) e a *Geopolítica da fome* (1951), que foram traduzidos para mais de 25 idiomas e se tornaram referência mundial sobre o tema.

Josué foi ainda deputado federal pelo estado de Pernambuco, de 1954 a 1962, e embaixador do Brasil na ONU, de 1962 a 1964, quando pediu demissão logo após o golpe militar. Em abril do mesmo ano, teve seus direitos políticos cassados e exilou-se em Paris (França), onde morreu no dia 24 de setembro de 1973.

de trazer bem-estar e felicidade a todos os habitantes do planeta.

A Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em 1996, foi palco de um compromisso firmado entre 186 países para reduzir à metade o número de desnutridos no mundo até o ano de 2015. Infelizmente, segundo a própria FAO, no Relatório de Insegurança Alimentar no Mundo (2001), muito pouco ou praticamente nada teria sido feito para se alcançar a meta desejada. Dois anos depois da Cúpula, o número de subnutridos no mundo, estimado em cerca de 830 milhões, permanecia inalterado. Atualmente, o prazo para o cumprimento da meta foi estendido para o ano de 2030.

UM PROBLEMA SECULAR

No Brasil, como afirma Chico Menezes, o problema da fome é secular, mas só se tornou visível devido à coger e determinação de figuras como Josué de Castro, que desnaturalizou a fome, classificando-a como “flagelo fa-

bricado pelos homens contra outros homens”, e Betinho, que associou o direito à alimentação à cidadania.

É impossível determinar uma única causa para o problema da fome que, no Brasil, está diretamente relacionada à desigualdade social, que começa ainda no processo de colonização e se intensifica ao longo do tempo, a despeito de inúmeras mudanças políticas e econômicas ocorridas no país. Com a perpetuação da desigualdade e as pressões de mercado aliadas à inexistência ou descontinuidade de projetos públicos para tentar solucionar o problema, ele veio aumentando de proporção.

INICIATIVAS DE GOVERNO

No âmbito do governo federal, o que se pode observar no Brasil é uma enorme instabilidade da política alimentar. O início da década de 90, por exemplo, foi marcada tanto pelo desmonte, na época do presidente Fernando Collor, dos principais programas existentes, quanto pela retomada da idéia de que o combate à fome teria que envolver obrigatoriamente medidas de caráter estrutural.

O Mapa da Fome divulgado pelo Ipea em 1993 revelou a gravidade do problema e incentivou a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), então composto por oito ministros e 21 representantes da sociedade civil, cuja principal atribuição era a de coordenar a elaboração e implantação do Plano Nacional de Combate à Fome e à Miséria, baseado nos princípios da solidariedade, parceria e descentralização. De acordo com o Consea, o combate à miséria e à fome só seria efetivo se envolvesse a geração de emprego e renda, a democratização da terra, o combate à desnutrição materno-infantil, o fortalecimento e a descentralização do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o uso contínuo de estoques públicos no Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea) e a revisão do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). Nessa época, ganhou consistência a idéia de que o combate à fome é um problema de governo e uma questão estratégica que, como tal, deve estar ligada diretamente ao gabinete da Presidência. Além disso, também ficou clara a necessidade das ações serem pensadas de forma intersetorial, envolvendo diferentes níveis de governo e tendo intenso apoio da sociedade.

Em 1994, foi realizada a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar, na qual se concluiu que as concentrações de renda e de terra eram os principais motivos do quadro



“O Brasil tem fome de ética e passa fome em consequência da falta de ética na política.” (Betinho)

O sociólogo e idealizador do movimento ‘Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida’ Herbet de Souza, o Betinho, nasceu em 1935, em Bocaiúva (MG). Aos 18 anos, ao ingressar no movimento estudantil, inicia sua vida de ativista político. Após o golpe de 64, vai para o Uruguai, de onde retorna no ano seguinte para acompanhar o nascimento de seu filho Daniel. No Brasil, vive na clandestinidade até 1971, quando se instala em Santiago (Chile), sendo convidado para trabalhar como pesquisador na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e na Oficina de Planificación (Odeplan) onde, juntamente com Juan Garcez, presta assessoria ao então presidente Salvador Allende. Após o golpe militar chileno vai para o Canadá, onde permanece até 1977. Nesse período, organiza um centro de estudos

de insegurança alimentar existente no país. A coordenação do Programa Nacional de Alimentação (Pronam) ficou a cargo do Instituto Nacional de Alimentação (Inan), órgão do Ministério da Saúde, mas o Programa não foi adiante. No governo de Fernando Henrique Cardoso, o Consea foi extinto e, posteriormente, em julho de 1997, o Inan. Na opinião de Chico Menezes, este foi um dos maiores equívocos do governo.

— Essa decisão não ocorreu com o objetivo de reorganizar o setor, mas pela lógica de ‘enxugamento’ da máquina administrativa. Durante um bom tempo, não houve nenhuma medida que reorganizasse o corpo técnico e garantisse a continuidade dos programas que estavam subordinados ao órgão, como o de combate às carências de iodo, ferro e vitamina A — diz ele.

Para muitos especialistas da área, a opção pela estabilidade econômica acabou interferindo negativamente nos programas da área social e prejudicou sensivelmente o combate à fome e à miséria. De acordo com Chico Menezes, não se pode negar que o Brasil finalmente conseguiu alcançar uma certa estabilidade econômica após muitas décadas de inflação, e isso fez com que a população

sobre o Brasil, em parceria com Carlos Alberto Afonso (amigo desde o exílio no Chile). Em 1978, vai para o México a convite da Universidade Nacional Autônoma e, em 1979, com a anistia política, volta definitivamente para o Brasil.

No país, prepara projetos para democratizar a informação e, em conjunto com Carlos Alberto Afonso e Marcos Arruda, funda o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Betinho atuou como consultor da FAO para Projetos Agrários e Migrações na América Latina e coordenou a Campanha Nacional pela Reforma Agrária.

Hemofílico, Betinho contrai o vírus da Aids em 1986, numa transfusão de sangue. A doença, entretanto, não o impede de dar continuidade à seus projetos, entre os quais o Movimento pela Ética na Política (MEP) e a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, que ganhou grande repercussão, disseminando pelo país mais de 3 mil comitês. Durante o governo Itamar Franco, participa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), como representante da sociedade civil. Debilitado pela doença, Betinho morre em 9 de agosto de 1997, no Rio de Janeiro.

de baixa renda passasse a ter acesso a produtos que antes não faziam parte de sua dieta, como iogurtes e carnes congeladas. Para ele, no entanto, as medidas tomadas para garantir a estabilidade monetária resultaram, a longo prazo, na diminuição dos investimentos nos setores produtivos da economia, gerando retração na demanda por bens e serviços, aumento significativo do desemprego e precarização das relações trabalhistas, além, é claro de cortes de programas que apoiavam populações mais vulneráveis.

— Quando se analisam os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), você vê que as perdas estão voltando. Os efeitos benéficos da estabilidade econômica estão se esgotando e isso é mostrado até mesmo pelo Ipea, que é um órgão do governo. Na verdade, a estabilidade da moeda só foi importante para a parcela da população que conseguiu preservar seus empregos

*Preso nos elos de uma só cadeia,
A multidão faminta cambaleia,
E chora e dança ali!*

CASTRO ALVES (1847 – 1871)

O NAVIO NEGREIRO

e seus direitos trabalhistas. Para quem não tem renda, a estabilização econômica não significa nada — diz ele.

OS PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL

♦ **Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)** — Tem por objetivos principais a melhoria das condições nutricionais dos trabalhadores e a introdução da educação alimentar, visando melhorar a qualidade de vida, reduzir o número de acidentes de trabalho e aumentar a produtividade. Instituído em 1976 e regulamentado em 1991, o PAT era voltado inicialmente para os trabalhadores de baixa renda, que ganham até cinco salários mínimos mensais. Posteriormente, o Programa foi estendido aos demais trabalhadores. As empresas que participam do PAT recebem incentivo fiscal e são isentas de recolher encargos sociais sobre os alimentos distribuídos. No ano 2000, já eram cerca de 7,7 milhões de trabalhadores beneficiados pelo PAT. Um dado importante é que cerca de 70% desses trabalhadores estão na região Sudeste, principalmente em São Paulo (40%) e Rio de Janeiro (11%), e pertencem a empresas de grande porte, com mais de mil empregados. Alguns dos problemas do PAT são: a dificuldade de adesão das pequenas empresas ao Programa, a comercialização dos tickets e a falta de divulgação entre os próprios trabalhadores.

♦ **Programa de Combate às Carências Alimentares** — Desde a extinção do Inan, o combate às carências nutricionais tem sido feito por meio do Incentivo ao Combate às Carências Nutricionais (ICCN), que faz parte da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan) do Ministério da Saúde. Por meio do ICCN, criado em 1998, o Ministério repassa recursos para as prefeituras distribuírem leite em pó, óleo de soja e sulfato ferroso, ou alimentos de mesmo valor nutritivo, para crianças desnutridas de seis meses a dois anos de idade. Eventualmente, o Programa também atende a crianças de dois a cinco anos, gestantes e idosos. Até 2002, segundo relatório do Ministério, o programa havia sido implantado em 5.127 municípios, beneficiando cerca de 800 mil pessoas. A despeito dos resultados alcançados, como a redução de 15% do risco nutricional e o ganho de peso acima do esperado em 71% das crianças atendidas, o programa sempre sofreu várias críticas daqueles que afirmam que o problema da carência nutricional não pode ser

resolvido com o fornecimento de alimentos pouco variados. A ideia do governo era o de substituir o ICCN gradualmente pelo Programa Bolsa Alimentação.

♦ **Programa Bolsa Alimentação** — Lançado em setembro de 2001, o Programa é dirigido a gestantes, a mães que estão amamentando bebês de até seis meses e a crianças de até sete anos que estejam em risco nutricional. A proposta é fornecer, por meio de cartão magnético, uma renda mensal adicional de R\$15,00 a cada beneficiário pertencente a famílias sem renda ou que possuam renda mensal de até R\$90,00 *per capita*, com limite máximo de R\$ 45,00 para cada família. A família cadastrada se compromete a realizar uma agenda de compromissos em saúde, que consiste em ações básicas como pré-natal, vacinação, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, além da participação em atividades educativas em saúde e nutrição. O Programa é destinado a todos os municípios brasileiros que estejam habilitados em uma das formas de gestão estabelecida pelo Sistema Único de Saúde, cabendo às Secretarias Municipais a oferta das ações básicas de saúde para os beneficiários do Programa, bem como a seleção, inscrição e acompanhamento das famílias.

♦ **Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (Prodea)** — A ideia de um programa de distribuição de cestas básicas surgiu no governo Collor e foi ampliada por Itamar Franco. Seu objetivo inicial era a distribuição emergencial para a população residente em bolsões de pobreza ou em municípios em estado de emergência e acampamentos dos trabalhadores rurais sem terra de alimentos do estoque público que estivessem em risco de se deteriorar. Executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Prodea foi alvo de muitas críticas, acusado de ter caráter assistencialista e uso eleitoral. Inter-calando períodos de extrema debilidade com outros de incrível

fortalecimento — como na época da seca de 1998, quando foram distribuídas mais de 30 milhões de cestas básicas —, o Programa acabou sendo substituído gradativamente por alguns programas de transferência de renda, como o Bolsa-Escola e o Bolsa-Alimentação. A simples extinção do Prodea, no entanto, gerou uma grande polêmica. Em 12 de dezembro de 2000, por exemplo, uma reportagem da Agrofolha

mostrou que o enfraquecimento do Programa teria causado uma enorme crise na pequena agroindústria por causa da redução dos leilões públicos para formação de estoques.

AS POLÍTICAS LOCAIS E A AÇÃO COMUNITÁRIA

Nem só de programas federais vive a luta contra a fome. Vários estados e municípios têm desenvolvido experiências de sucesso no âmbito da segurança alimentar. As iniciativas são muitas e entre elas podemos destacar a dos restaurantes populares, a dos bancos de alimentos, que visam à redução do desperdício, e a do fornecimento gratuito de comida a moradores de rua. Além disso, houve a descentralização do Programa de Merenda Escolar, o que significou um grande avanço. Pode-se observar que, quanto mais localizada a ação, maior é o apoio da comunidade e melhores são os resultados. Outro ponto importante na luta contra a fome é a participação de entidades ligadas às questões sociais e de saúde, como, por exemplo, o Movimento Popular da Área da Saúde (Mops) e as Pastorais da Criança e da Saúde, ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A Pastoral da Criança atende a 3.555 municípios e 3 mil comunidades, incluindo 1 milhão e 600 mil crianças menores de seis anos e gestantes. Segundo Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança, a instituição apóia as famílias visando à redução da mortalidade infantil e materna, da desnutrição e da violência no ambiente familiar. “Nesse sentido”, explica Zilda Arns, “a Pastoral, além de distribuir alimentos, atua na alfabetização de jovens e adultos, promovendo a autoestima, e desenvolve projetos de geração de renda”. Para se ter uma noção do trabalho da Pastoral, basta comparar os índices de mortalidade infantil no Brasil, estimado em 1999 pelo Unicef, e o índice obtido nas áreas de cobertura da Pastoral no mesmo ano, que são, respectivamente, de 34,6 e de cerca de 17 mortes para cada mil crianças nascidas vivas. O objetivo da Pastoral é ampliar o seu trabalho para o Brasil inteiro e para isso conta com o apoio de cerca de 155 mil voluntários capacitados e mais de mil multiplicadores, cuja importância é destacada por Zilda Arns:

— O voluntariado traz consigo a solidariedade, que é fundamental no relacionamento com a população miserável. O voluntário não leva apenas comida para as pessoas, ele faz com que elas se sintam valorizadas. As pessoas precisam de pão, mas também de fraternidade, e isso é coisa que o voluntário faz melhor que o servidor. ■

*o azul é puro?
o azul é pus
de barriga vazia*

*poesia em tempo de fome
fome em tempo de poesia*

*nomeio o nome
nomeio o homem
no meio a fome
no meio a fome*

HAROLDO DE CAMPOS (1929 —)
SERVIDÃO DE PASSAGEM

Cesta básica e salário mínimo

De acordo com Sônia Rocha, no texto *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*, apesar de existirem muitos parâmetros importantes para se determinar as condições de vida de uma pessoa, como, por exemplo, o acesso a serviços públicos básicos, a renda ainda é o determinante básico do nível de bem-estar de uma população. É a partir da determinação das linhas de pobreza (LP), associada à renda mínima necessária para que um indivíduo funcione adequadamente na sociedade – podendo adquirir, além da alimentação outros produtos necessários –, e de indigência (LI), relacionada à capacidade de consumo alimentar mínimo para a sobrevivência, que se pode ter uma idéia do percentual da população que, teoricamente, não tem acesso à alimentação mínima necessária. Se o percentual varia de acordo com as linhas estimadas e estas são definidas, na maioria das vezes, diretamente a partir do valor da cesta básica, a definição da cesta básica acaba sendo fundamental para a implementação de qualquer projeto de segurança alimentar.

O uso da renda como principal parâmetro para se discutir a questão da fome não é, no entanto, uma unanimidade. Na opinião de Carlos Augusto Monteiro, quando se traça um mapa da fome baseado apenas na renda das famílias, se faz o diagnóstico de uma coisa – a pobreza – para se tratar de outra – a fome.

CESTAS E CRITÉRIOS

No Brasil, existem várias propostas de composição de cestas básicas, não havendo, por conta dessa diversidade, consenso na aceitação de uma determinada cesta 'padrão', que seja usada como referência tanto pelo governo quanto pelos vários setores da sociedade civil organizada. Uns acreditam que a cesta deva ser composta a partir do consumo observado, ou seja, pelos alimentos que a população mais consome, independentemente de sua composição nutricional. Outros defendem que a cesta básica deve conter alimentos que assegurem a completa satisfação das necessidades nutricionais do ser humano.

Tabela de provisões mínimas mensais estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	—	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 g	300 g	600 g	600 g
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 g	750 g	900 g	1,5 kg
Manteiga	750 g	750 g	750 g	900 g

Região 1: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal.

Região 2: Pernambuco, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Amazonas, Pará, Piauí, Tocantins, Acre, Paraíba, Rondônia, Amapá, Roraima e Maranhão.

Região 3: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Nacional: Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

Fonte: Dieese

Para Sônia Rocha, a opção pelo consumo observado implica aceitar que, mesmo com restrição de renda, as escolhas realizadas pelas famílias em relação ao consumo alimentar nem sempre são feitas com base apenas no custo ou na qualidade do produto. Na verdade, segundo ela, estudos têm mostrado que, com a urbanização e a melhoria dos meios de comunicação, as escolhas alimentares das famílias são feitas cada vez menos com base na qualidade nutricional e no preço dos alimentos. Muitas vezes, o consumidor ao fazer a escolha leva em conta apenas a praticidade do produto ou seu apelo publicitário.

Atualmente, é possível destacar duas propostas de cestas básicas: a do Decreto Lei 399 de 30 de abril de 1938, que institui o salário mínimo, e a do Procon/Dieese. A cesta básica do Decreto 138/38, que determina o consumo individual e não familiar, ainda é a mais utilizada como referência do poder aquisitivo dos assalariados. A cesta

básica do Procon/Dieese ganhou importância devido à divulgação mensal da relação de seu custo, comparado com o salário mínimo. Uma terceira opção seria a cesta básica do Estudo Multicêntrico realizado pelo Ministério da Saúde, que tanto levava em consideração os alimentos mais consumidos pela população quanto buscava assegurar uma satisfação nutricional adequada, mas que não vingou, como explica Chico Menezes:

— Infelizmente, o Estudo Multicêntrico não foi adiante, não foi finalizado, porque o Ministério da Saúde cortou recursos para a pesquisa. Mesmo assim, chegou a mostrar o consumo real e, a partir daí, a idéia era apresentar nova proposta de cesta básica dentro do padrão alimentar atual e que mostrasse uma ingestão adequada de todos os componentes necessários. A cesta do decreto é inadequada porque está defasada e traz alimentos que não são mais consumidos, e a do Dieese incorpora produtos de limpeza e de higiene.

A CESTA BÁSICA NACIONAL

Em 30 de abril de 1938, o Decreto Lei nº 399 regulamentou a Lei nº 185 de 14 de janeiro de 1936 e definiu o salário mínimo como “remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte”.

Estudos censitários e informações salariais obtidas junto às empresas das várias regiões serviram de base para que as Comissões do Salário Mínimo, criadas antes da instituição do Decreto, estabelecessem os valores mínimos regionais a serem pagos aos trabalhadores. As Comissões também criaram a Cesta Básica Nacional, uma lista de alimentos nas quantidades necessárias para o sustento e bem estar de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro, cálcio e fósforo. O decreto também estabeleceu uma estrutura de gastos do trabalhador, relacionando valores percentuais dos salários aos gastos com habitação, alimentação, vestuário, transporte e higiene. Pelo Decreto, a parcela do salário mínimo correspondente aos gastos com alimentação não pode ter valor inferior ao custo da Cesta Básica Nacional.

PESQUISA DA CESTA BÁSICA NACIONAL

Desde janeiro de 1959, quando começou a calcular o Índice de Custo de Vida (ICV) no município de São Paulo, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) também passou a acompanhar mensalmente o custo da Cesta Básica Nacional (Ração Essencial Mínima). Atualmente, o Dieese realiza a pesquisa da Cesta Básica Nacional em

O que desejava... Ah! Esquecia-se. Agora se recordava da viagem que tinha feito pelo sertão, a cair de fome. As pernas dos meninos eram finas como bilros, sinhá Vitória tropicava debaixo do baú de trens. Na beira do rio haviam comido o papagaio, que não sabia falar. Necessidade.

GRACILIANO RAMOS (1892 — 1953)
VIDAS SECAS



AS COBRAS — Luis Fernando Veríssimo, 1979

dezesseis capitais do país e acompanha mensalmente a evolução de preços de treze produtos de alimentação, assim como o gasto mensal que um trabalhador teria para comprá-los. A pesquisa também revela quantas horas uma pessoa que ganha salário mínimo deveria trabalhar para adquirir os produtos relacionados. Com base no custo mensal com alimentação obtido na pesquisa da Cesta e no Decreto Lei nº 399, que regulamenta o Salário Mínimo no Brasil, o Dieese também divulga o valor que deveria ter o salário mínimo.

A partir do preço médio dos produtos que compõem a cesta básica e das quantidades estipuladas, determina-se o valor da cesta básica. Depois, calcula-se o número das horas que o trabalhador que ganha salário mínimo precisa trabalhar para comprar essa cesta. O passo seguinte é o cálculo do Salário Mínimo Necessário. Esse cálculo se baseia tanto na Constituição, que diz que o salário mínimo deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família — moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social — e ter reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, quanto no Decreto lei 399, que estabelece que o gasto com alimentação de um trabalhador adulto não pode ser inferior ao custo da Cesta Básica Nacional. A família média considerada para o cálculo é composta por dois adultos e duas crianças, que consomem o mesmo que um adulto.

O primeiro passo é multiplicar o valor da cesta básica por três, para se obter o gasto alimentar da família. Depois disso, é feito o cálculo do Salário Mínimo necessário, considerando-se, com base na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que as despesas com alimentação representam 35,71% das despesas totais. O Salário Mínimo Necessário corresponde a uma estimativa do que deveria ser o salário mínimo vigente e tem servido como um importante instrumento utilizado pelos sindicatos de trabalhadores para denunciar o descumprimento do preceito constitucional que estabelece as bases para a determinação da menor remuneração que vigora no país.

Em janeiro deste ano, por exemplo, o estudo do Dieese registrou aumento do valor da cesta básica em 15 das 16 capitais pesquisadas. Os aumentos variaram de 0,56% em Porto Alegre a 10,9% em Fortaleza. A única capital em que a cesta ficou mais barata em relação ao mês anterior foi Belo Horizonte, com uma queda de 0,27%. Apesar de ter apresentado o menor aumento percentual, a capital gaúcha continua sendo a cidade mais cara dentre as pesquisadas, com o custo da cesta básica de treze produtos chegando a R\$ 164,97. Levando-se em conta esse valor, um trabalhador gaúcho que ganhe salário mínimo precisaria trabalhar 181 horas e 28 minutos para pagar sua alimentação e o salário mínimo necessário, em janeiro, deveria ser de R\$ 1.385,91, ou seja, 6,9 vezes o piso vigente, de R\$ 200,00.

Os números da fome e da pobreza no Brasil



Quando se fala em erradicação da fome, o primeiro passo é definir o número potencial de pessoas que estariam passando fome. Isso, no entanto, não é uma tarefa muito simples, como mostra a falta de consenso sobre o assunto que existe no país e a discrepância nos resultados. Quantos brasileiros afinal passam fome? Os 3 milhões de Carlos Augusto Monteiro, os 16 milhões da FAO, os 22 milhões do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), os 44 milhões do Fome Zero ou os 55 milhões da Fundação Getúlio Vargas (FGV)?

O CÁLCULO IDEAL

A melhor maneira de se calcular esse número, de acordo com os especialistas, seria diretamente, através de estudos antropométricos — que levam em consideração o peso, a estatura e a idade das pessoas. Nesses estudos, calcula-se primeiramente o Índice de Massa Corporal (IMC) de uma parcela da população adulta, definindo-se o percentual de indivíduos com IMC menor que 18,5 kg/m². O IMC é dado pelo peso de uma pessoa dividido pelo quadrado da sua altura. Depois, compara-se o percentual obtido com os parâmetros da Organização Mundial da Saúde, que define como normal um percentual de 3 a 5% de pessoas abaixo do limite estipulado. A prevalência de déficit energético (fome) é graduada de *leve*, quando o percentual de pessoas com IMC menor que 18,5 kg/m² está entre 5 e 9%, até *muito alta*, quando esse índice é de mais de 40% da população.

No Brasil, o último grande estudo desse tipo foi realizado em 1995, por Carlos Augusto Monteiro. A pesquisa chegou a um valor 4% da população urbana e 7,5% da população rural abaixo do limite considerado. Esses números aplicados ao total da população do país, segundo o censo de 1991, resultari-

TÔ CUM FOME!



EU TAMBÉM ESTOU E NÃO ESTOU AMOLANDO NINGUÉM...



am em cerca de 3,2 milhões de adultos com fome.

OS MÉTODOS INDIRETOS

De forma indireta, um dos métodos para se estimar a fome nos países, e que serve principalmente nas comparações internacionais, é o adotado pela FAO, que utiliza dados da produção, do saldo comercial agrícola e dos estoques de alimentos do país aliados ao coeficiente de distribuição de renda e ao consumo alimentar. O objetivo é calcular, primeiramente, a disponibilidade calórica total e *per capita* em cada país e, depois, a proporção de pessoas que têm um consumo calórico abaixo do recomendado. A disponibilidade calórica nacional refere-se à quantidade de alimentos, expressa em quilocalorias, que o país destina ao consumo humano, ou seja, o total de alimentos produzidos menos as perdas e o que é destinado à exportação, à alimentação animal, ao uso industrial e à produção de sementes. No período de 1996/1998, a estimativa da FAO era que a disponibilidade calórica do Brasil era de 2.960 kcal diárias por

pessoa. Um resultado excelente, considerando-se que o consumo médio individual deveria ser de 1900 kcal por dia. O problema começava quando as outras variáveis eram aplicadas. Por conta da desigualdade social, o resultado final

Uma Caloria é a energia necessária para elevar em 01 grau a temperatura de 01 grama de água. Como esta unidade de energia é muito pequena, utiliza-se, na prática, uma unidade mil vezes maior, ou seja, a quilocaloria, abreviada pelas letras kcal. Se algum alimento é digerido pelo corpo humano, energia é gerada na forma de calor, que é o combustível para manter a temperatura interna do corpo, o ritmo do coração, a respiração, a atividade muscular e todo o resto. A Organização Mundial de Saúde recomenda que os homens entre 10 e 50 anos consumam de 2.000 a 3.000 calorias diárias e as mulheres em torno de 2.200. ■

Ano	Percentual de indigentes sobre o total da população	Percentual de indigente por área de residência		
		Metropolitana	Urbana não-metropolitana	Rural
1995	27,4	16,2	25,9	48,3
1996	27,6	16,6	25,8	49,6
1997	28,1	17,3	26,3	49,8
1998	27,0	17,6	24,6	47,8
1999	27,6	19,1	25,5	46,1

da pesquisa da FAO era que, no país, cerca de 10% da população, quase 16 milhões de pessoas, estavam subnutridas por consumirem, em média, apenas 1.650 kcal diárias. Por conta desse resultado, numa classificação de 1 a 5, na qual quanto maior o número pior é o resultado, o Brasil foi classificado na categoria 3, juntamente com países como a Nigéria, o Paraguai e a Colômbia, entre outros.

A maioria dos métodos indiretos, no entanto, costuma utilizar o critério de renda para estimar a

*Agora sim
Café com pão
Agora sim
Voa, fumaça
Corre, cerca
Ai seu foguista
Bota fogo
Na fornalha
Que eu preciso
Muita força
Muita força
Muita força*

MANUEL BANDEIRA
(1886 – 1968)
TREM DE FERRO

parcela da população que não tem condições de se alimentar continuamente e que, portanto, está sujeita a passar fome. Dentro do grupo de estudos realizados a partir do critério de renda, estão os do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), incluindo o *Mapa da fome* de 1993, e o de Marcelo Neri, realizado em 2000, que deu origem ao *Mapa do fim da fome*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O grande problema desses estudos é que eles costumam apresentar resultados bastante diferenciados, dependendo das linhas de pobreza e de indigência estipuladas. Para se ter uma noção dessa disparidade, basta observar os números divulgados por alguns órgãos e instituições. De acordo com o Ipea, que trabalha baseado na Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, cerca de 22 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de indigência e, portanto, impossibilitados de se alimentar continuamente. Já O *Mapa*

do fim da fome, da FGV, considerou indigentes 50 milhões de brasileiros que, na época, recebiam menos de R\$ 80 por mês.

Uma grande crítica sobre os métodos que utilizam apenas a renda para inferir a fome vem do pesquisador Carlos Augusto Monteiro:

– A pobreza, definida por critérios de renda, seguramente aumentou. A fome e a desnutrição, no entanto, têm apresentado uma tendência inversa, com redução em termos relativos e mesmo absolutos. A desnutrição infantil, em particular, vem caindo fortemente no país desde meados dos anos 70. Hoje, podemos dizer que a desnutrição infantil mais severa é encontrada apenas nas regiões Norte e Nordeste do país, em particular nas áreas rurais. No livro *Velhos e novos males da saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças* (Editora Hucitec), demonstramos que esse declínio pode ser atribuído tanto ao aumento de cobertura da assistência à saúde quanto ao aumento da escolaridade das mães e às melhorias no saneamento do meio.

O Ipea é uma fundação pública, subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Entre suas principais atribuições estão: realizar estudos e análises que sirvam de subsídio à elaboração, acompanhamento e avaliação de políticas públicas; prestar assessoria técnica ao governo; disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos; participar de comissões, grupos de trabalho e outros fóruns. Também cabe ao Ipea a capacitação técnica e institucional para o planejamento e avaliação de políticas públicas e o estabelecimento de parcerias e convênios de cooperação técnica com instituições nacionais e internacionais. Mais informações: www.ipea.gov.br

De acordo com Chico Menezes, no entanto, dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) revelam um quadro grave de desnutrição infantil. Uma pesquisa realizada em 1996, em 1300 municípios de 16 estados, constatou uma média nacional de desnutrição de 41%, em crianças entre seis e 24 meses.

Como se pode ver, há uma grande dificuldade em se chegar a números exatos e opiniões consensuais sobre a questão da fome no Brasil. Segundo Chico Menezes, isso ocorre porque as pesquisas têm sido baseadas apenas na definição das linhas de pobreza e de indigência, não sendo considerados muitos outros aspectos importantes como, por exemplo, a situação nas áreas rurais, onde as famílias podem estar abaixo da linha de pobreza, mas podem ter agricultura de subsistência e não passarem fome. “Essa é uma possibilidade real, mesmo quando se sabe que a situação dos pequenos produtores está muito ruim e que muitos não conseguem nem produzir para o autoconsumo”, diz ele, explicando ainda que seria necessário a realização de uma pesquisa universal, e não por amostragem, que levasse em conta o peso e a altura das pessoas, além de combinar esses dados com outros referentes a diversos aspectos, entre eles o de condições sanitárias e de consumo de energia elétrica.

– É isso que nós estamos propondo por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea). O problema é que a realização de uma pesquisa desse porte implica num custo elevadíssimo, o que a torna quase inviável – lamenta Chico Menezes.

A despeito de tantos problemas e de tantas contradições, existe um ponto comum a quase todos os estudos: a conclusão de que a fome ainda é um grave problema no país.

O PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO PROGRAMA FOME ZERO

Durante a elaboração do Projeto Fome Zero, que serviu de base para o Programa Fome Zero instituído pelo governo federal, o Instituto Cidadania encomendou uma pesquisa para a determinação do público a ser beneficiado pelo Programa, ou seja, da parcela da população mais vulnerável à fome.

A metodologia dessa pesquisa teve como premissa a linha de pobreza (LP) do Banco Mundial, que considera para os países mais pobres do mundo uma renda mínima diária de US\$ 1,00. Aplicando-se esse valor à área rural do Nordeste, foi feita uma regionalização da LP, ou seja, foram calculadas diversas linhas de pobreza de acordo com a região e com a área (metropolitana, urbana não metropolitana e rural). Além dessa regionalização, foi feita uma correção na renda das famílias que obtêm parte de sua alimentação da produção agrícola, ou seja, praticam o autoconsumo. Com base nas linhas de pobreza regionalizadas e em dados da Pnad 1999, foi estimado o número de pessoas que não conseguem chegar ao rendimento mínimo necessário. Ao longo desse cálculo, foram realizados vários procedimentos, entre eles o de deduzir da renda total da família os custos fixos com aluguel ou prestação da casa própria, chegando à renda 'disponível'.

Os dados obtidos na pesquisa apontam para um público beneficiário potencial de cerca de 44 milhões de pessoas, pertencentes a aproximadamente 9 milhões de famílias. Isso significa cerca de 21,9% das famílias brasileiras e 27,8% da população total do país. Um dado significativo é que ao analisar a população por área de residência, a pesquisa registra que estão abaixo da linha de pobreza cerca de 19,1% dos residentes em áreas metropolitanas; 25,5% daqueles que residem em áreas urbanas não-metropolitanas e 46,1% da população rural. A tabela 1 mostra a evolução desses valores de 1995 a 1999. É interessante notar que, se compararmos os dados de 1995 e de 1999, somente nas regiões metropolitanas houve aumento do percentual de indigentes.

Com relação às regiões brasileiras (Gráfico 1), o Nordeste, com 48,8%, é a que apresenta o maior percentual de pobres entre a sua população total, seguida das regiões Norte (36,2%), Centro-Oeste (22,3%), Sul (18,3%) e Sudeste (17%). Nos estados, o maior percentual de pobreza foi encontrado na área rural da Paraíba, que tem 67,1% de habitantes abaixo da linha de pobreza extrema, seguida pelas áreas rurais de Sergipe (65,5%), Pernambuco (63,4%),

Alagoas (63,3%), Piauí (61,8%) e Ceará (61,1%). Os três menores percentuais foram encontrados nas áreas urbanas dos estados de São Paulo (9,8%), Santa Catarina (10,3%) e Rio de Janeiro (13,3%).

Alguns outros dados chamam atenção na análise da pobreza no Brasil. A discriminação racial, por exemplo, fica aparente quando se sabe que 64,1% das famílias pobres são chefiadas por pessoas negras ou pardas. No que se refere à educação, 34,4% dos chefes de famílias pobres nunca freqüentaram a escola ou não chegaram a completar a primeira série; 24,6% só completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental (até a quarta série); e 36,3% conseguiram cursar o primeiro grau completo. Isso significa que 95,3% dos chefes de famílias pobres têm, no máximo, o primeiro grau completo, enquanto nas famílias não-pobres esse percentual cai para 74,9%. O percentual de pessoas com até sete anos de estudo é de 87,5% entre os pobres e de 59,5% entre os não-pobres.

Entre os pobres empregados, a pesquisa constatou que poucos têm carteira assinada: 19,6% dos trabalhadores em atividades agrícolas e 37,8%

dos trabalhadores em atividades não agrícolas. Entre os não-pobres, esses números sobem, respectivamente, para 37,8% e 68,8%. Esse dado é importante porque alguns auxílios, como o Bolsa-Alimentação, estão fortemente vinculados ao registro de trabalho. A taxa de desemprego geral também é bem maior entre os pobres (16,7%) do que entre os não-pobres (7,7%), com o detalhe em que nas áreas metropolitanas esses números passam para 33,3% e 11,2%. Outro problema que afeta de forma significativa os pobres é a falta de contribuição para a previdência social, que vincula o recebimento do benefício ao tempo de contribuição. Dos pobres, apenas 16,9% contribuem regularmente, enquanto entre os não-pobres essa proporção é de 50,2%.

Com base nesses e em muitos outros dados, che-

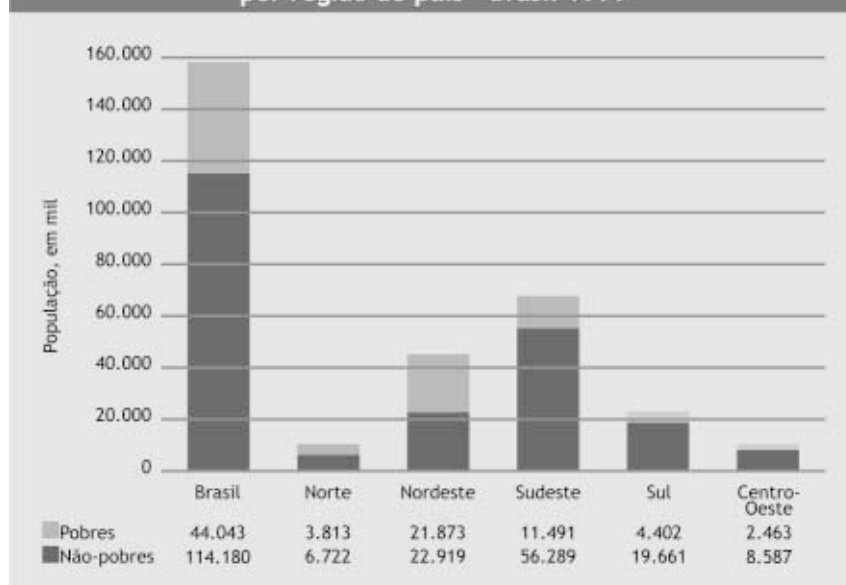
gou-se a conclusão de que, entre os 44 milhões de brasileiros que, potencialmente passam fome, as parcelas mais vulneráveis seriam: nas áreas rurais e urbanas, os pequenos produtores agrícolas; e, nas áreas metropolitanas, os trabalhadores sem carteira assinada, os trabalhadores domésticos e os desempregados. ■

*Paçamos ver essa Hiena,
que com a voz nos engana,
pois fala como putana,
e como fera condena;
que uma terra tão amena,
tão fértil e tão fecunda
a tornasse tão imunda,
falta de saúde, e pão;
mas foi força, que tal mão
peste e fome nos infunda.*

GREGÓRIO DE MATOS
(1636 – 1696)

DÉCIMAS

Gráfico 1: Estimativa de pobreza extrema por região do país - Brasil 1999



Fonte: Projeto Fome Zero Instituto Cidadania

Produção e distribuição de alimentos

A primeira noção de segurança alimentar refletia diretamente a preocupação com a capacidade de produção agrícola dos países. Tal noção permaneceu absoluta até quase o final da década de 1970, década na qual o mundo enfrentou enormes problemas por conta da redução dos estoques de alimentos, e dominou a Conferência Mundial de Alimentação, promovida pela FAO, em 1974. Na Conferência, as principais discussões foram sobre políticas agrícolas e sobre a necessidade de formação de estoques estratégicos. Isso foi fundamental para que as indústrias de agroquímicos (fertilizantes e agrotóxicos) conseguissem implantar a chamada 'Revolução Verde'. Naquele momento, o mundo estava convencido de que a fome e a desnutrição seriam banidas da face da terra assim que houvesse um aumento significativo da produção agrícola. A produção aumentou, mas isso de nada adiantou para a enorme massa de famintos que teimava em aumentar, contrariando todas as expectativas. Atualmente, depois que um relatório da FAO revelou que apenas seis dos 98 países que enfrentam graves problemas de fome

não têm disponibilidade calórica suficiente para suprir as demandas de suas populações, podemos concluir que a maior causa para a insegurança alimentar no mundo não é a produção propriamente dita, mas a distribuição, ou seja, a capacidade de proporcionar à população acesso aos alimentos produzidos.

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

A primeira pergunta que todos fazemos quando se fala em produção de alimentos no Brasil, é: Como pode haver fome num país que é uma potência agrícola?

Para Octavio Mello Alvarenga, advogado especialista em Direito Agrário e presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a resposta é muito simples: "É preciso entender que essa 'potência' se refere a um potencial ainda não realizado, devido a uma enormidade de problemas que nunca foram solucionados".

Mas que problemas são esses? Como resolvê-los? De acordo com Ciro Eduardo Corrêa, engenheiro agrônomo da Confederação das Cooperativas

de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) do MST, em primeiro lugar é necessário entender que os problemas estão ligados a duas questões que se complementam e se interrelacionam: a questão agrária, que diz respeito ao acesso, posse e uso da terra, e a questão agrícola, que envolve as políticas, as técnicas e diversos outros fatores que influem na produção propriamente dita. "Por causa da estrutura agrária e das políticas agrícolas praticadas, a produção brasileira está muito aquém da produção de outros países com condições naturais semelhantes", diz Ciro.

Sobre a questão agrária, o grande problema brasileiro é, sem dúvida alguma, sua histórica concentração fundiária, comprovada pelos dados do Censo Agropecuario de 1995/96 que mostram que as propriedades com até dez hectares correspondem à metade do número total de estabelecimentos mas a apenas 2,3% da área total enquanto os estabelecimentos com mais de mil hectares representam 1% do número e 45,1% da área total. Um outro problema, em parte decorrente da questão agrária, é o da ociosidade da terra.

— É doloroso ver que, num país que tem 800 milhões de hectares, dos quais mais de 400 milhões são cultiváveis, e que tem uma diversidade climática única no mundo, com possibilidades de produção de norte a sul e de leste a oeste, durante 365 dias por ano, existam mais de 150 milhões de hectares improdutivos — lamentou o engenheiro agrônomo no debate promovido pelo Canal Saúde e transmitido pela TVE, em 14 de março.

O Nordeste, região do país que enfrenta o desafio das secas, é o mais perfeito exemplo de que com mudanças nas políticas agrária e agrícola o clima não seria um grande problema (ver página 23). O fato é que no Brasil nunca houve uma verdadeira reforma agrária e o resultado disso tem sido a expulsão da população das áreas rurais, a proletarianização dos pequenos produtores, o desemprego crescente e uma permanente tensão no campo, onde a luta pela terra tornou-se o principal movimento social nos anos 1990.

Apesar de uma quase unanimidade sobre a necessidade de uma reforma agrária, as discussões sobre o tema são enormes. Na opinião de Octavio Mello Alvarenga, não adianta retalar

Iniciada nos anos 60, a 'Revolução Verde' consistia na introdução de novas variedades de plantas importantes e na criação de condições ótimas para o desenvolvimento dessas plantas. Tudo começou quando Norman Borlaug, diretor do Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo, no México, conseguiu resultados surpreendentes com o melhoramento de variedades de trigo anão de alto rendimento. Todos logo se deram conta de que essas variedades de trigo de alta produtividade também poderiam ser úteis para o resto do mundo. Fundou-se então, em 1966, o Centro Internacional para o Melhoramento do Milho e do Trigo (CIMMYT), e Borlaug convenceu o governo da Índia e do Paquistão a testar as variedades de trigo de alto rendimento em fazendas locais. As novas sementes proporcionaram resultados

impressionantes. De acordo com a FAO, a produção total de trigo cresceu 5,1% por ano durante os principais anos da Revolução Verde. Em 1970, Borlaug recebeu o Prêmio Nobel da Paz por esta contribuição. Mas nem todos os efeitos da Revolução Verde e da industrialização da agricultura revelaram-se positivos. Em primeiro lugar, ela gerou uma agricultura dependente de quantidades limitadas de variedades vegetais e de insumos especiais, como os pesticidas e os fertilizantes, economicamente dependente. Em segundo lugar, a industrialização depende grandemente de alto consumo energético, seja de forma direta, pela mecanização, ou indireta, pelo uso intenso de fertilizantes, poluindo a superfície da Terra e as águas subterrâneas com fertilizantes e pesticidas, além de prejudicar a fertilidade do solo.

o país só para calar a boca do MST, é preciso que se discuta a questão com base no direito agrário e nos conceitos que estão no Estatuto da Terra:

— Quando o presidente Castelo Branco enviou o projeto do Estatuto da Terra para o Congresso Nacional, a lei falava tanto da reforma fundiária quanto da questão dos créditos e da necessidade de se constituírem cooperativas. Estava prevista até uma Cooperativa Integral de Reforma Agrária, que nunca foi adotada e uma Câmara Agrária que nunca funcionou. O PT, por meio da sua bancada, deveria fazer uma revisão nesses conceitos.

Para Jean Marc von der Weid, diretor da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e membro do Consea, além de o Brasil não explorar seu incrível potencial no presente, ainda existe o sério problema da adoção de sistemas de produção tecnicamente inviáveis que acabam por destruir nossos recursos naturais.

— O que ocorre é um processo circular de ocupação de terras. Quando ela se esgota em um lugar, a produção migra para outro. Isso vem ocorrendo com quase todas as culturas e a soja é um bom exemplo: depois de degradar as terras no Paraná, ela está avançando em direção ao Centro-Oeste. Se isso hoje causa um impacto negativo na produção, imagina no futuro — explica Jean Marc.

No que diz respeito à questão agrícola, o grande problema brasileiro tem sido creditado à modernização da produção agrícola por meio da mecanização crescente e do uso intensivo de insumos visando unicamente à produção para o mercado externo, o que reflete uma seqüência de políticas agrícolas voltadas para o agro-negócio. Não é à toa, dizem os especialistas, que, apesar de tantos problemas, o Brasil desponta como um dos maiores exportadores de alimentos do mundo e que o setor tem sido responsável pelo superávit na balança comercial.

Para Nelson Delgado, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), esse quadro mostra claramente para onde se dirigiram as políticas agrícolas no país.

— Nada contra o agro-negócio, que teria um significado fundamental se gerasse empregos, promovesse a distribuição de renda e produzisse alimentos para os brasileiros. Mas isso não ocorre, porque agro-negócio tem a ver com a economia e não com a fome — esclarece ele, afirmando que é preciso que haja uma mudança radical de

**NO BRASIL,
MORREM
DESNUTRIDAS
DUAS CRIANÇAS
A CADA
CINCO MINUTOS**

FORTE: INAN, 1988



Caco Xavier, 1989

modelo de agricultura e de políticas públicas para o setor, com apoio à produção de alimentos para o mercado interno e, conseqüentemente, à agricultura familiar e à agro-ecologia.

O desenvolvimento da agricultura familiar teria, segundo Dirceu Dresh, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul), uma importância muito maior do que a de simplesmente produzir alimentos. “É preciso fazer com que a população rural retorne ao campo. Hoje, em várias propriedades, a sucessão está ameaçada, pois os jovens abandonaram tudo e foram para as cidades”, justifica.

Para que a agricultura familiar se desenvolva, no entanto, é necessário que ela tenha o apoio do Estado e seja reconhecida não como uma prática arcaica ou marginal, mas como um modelo de produção que vem conseguindo resultados melhores do que o das grandes empresas, além de utilizar práticas menos agressivas ao solo.

— A média brasileira de renda por hectare tem sido de R\$ 44,00 na agricultura patronal e de R\$ 104,00 na agricultura familiar, sendo que no Rio Grande do Sul esses números chegam, respectivamente, a R\$ 99,00 e 241,00. Como se pode ver, o modelo no qual se injeta mais dinheiro é o menos lucrativo e a produtividade da agricultura familiar é bem maior — diz Dirceu Dresh.

Também é preciso derrubar o mito de que a agricultura familiar só é capaz de

produzir em pequena escala. “A agricultura familiar, pode produzir para exportação, principalmente numa época em que os bloqueios comerciais se dão principalmente por meio do controle sanitário. O mercado exige produtos com uma qualidade que nem sempre a grande agroindústria consegue oferecer, por causa do uso de fertilizantes e agrotóxicos”, garante Jean Marc, lembrando ainda da polêmica sobre o uso dos transgênicos (ver página 29), cuja utilização tende a aumentar a dependência dos pequenos agricultores com relação às grandes empresas de sementes e insumos.

É necessário, portanto, um trabalho de apoio ao pequeno agricultor não só na questão agrária e financeira, mas na capacitação do homem do campo, visando à implantação de um novo modelo de produção.

Segundo Dirceu Corrêa, está na hora de o Estado, que sempre financiou um modelo excludente, começar a desenvolver uma política de desenvolvimento humano que fixe o homem no campo. “O Estado deve resgatar a sua dívida social e definir o tipo de sociedade que deseja construir. Também deve definir de que forma pretende usar seus recursos naturais”, afirma.

*Sei de uma criatura antiga e formidável,
Que a si mesma devora os membros e as entranhas,
Com a sofreguidão da fome insaciável.*

*Ama de igual amor o poluto e o impoluto;
Começa e recomeça uma perpétua lida,
E sorrindo obedece ao divino estatuto.*

Tu dirás que é a Morte; eu direi que é a Vida.

MACHADO DE ASSIS (1839 — 1908)

UMA CRIATURA

NÃO BASTA PRODUZIR, TEM QUE ARMAZENAR E DISTRIBUIR

Se os problemas são muitos na produção de alimentos, eles não são menores quando se fala de armazenamento e distribuição dos alimentos produzidos. Isso ocorre, porque a opção política pelo agro-negócio acaba determinando toda a configuração dos seguimentos afins.

No diagnóstico dessa área, um triste panorama resultou de uma decisão política que, segundo Luis Carlos Guedes, atual presidente da Companhia Brasileira de Abastecimento (Conab), foi tomada a partir do governo Collor.

— Existem basicamente dois tipos de armazéns, os públicos e os privados. Com a decisão dos governos de se afastar do seguimento de armazenagem, o número de armazéns públicos baixou de 472 para 33, em 12 anos. Dos armazéns privados, existem cerca de 13 mil credenciados pelo governo, mas que atendem principalmente às grandes empresas e às cooperativas — explica Luís Carlos

Isso ocorre porque os pequenos agricultores raramente conseguem atender às exigências de armazenagem (embalagem, grau de umidade etc). O resultado é que ficam impedidos de participar do sistema de preço mínimo. Sem se organizar em cooperativas, o pequeno agricultor acaba levando desvantagem tanto na compra de sementes e insumos quanto na venda dos seus produtos.

“Nos últimos 20 anos, a política brasileira de armazenagem é uma grande piada”, diz José Roberto Escórcio, Coordenador de Gestão e Políticas Públicas da Ong Agora, explicando que as leis do setor datam de 1903 e lembrando que até mesmo o sistema de informações de mercado que existia antigamente foi desmantelado.

— Antes havia um sistema muito bem montado e os preços eram dados de acordo com o prognóstico de safra, com a oferta de produtos,



RANGO — E. Vasques, 1978

por meio de uma rede de telex. Atualmente existe a internet, mas o sistema foi destruído e os preços passaram a ser fruto de mera especulação, com grande prejuízo para os pequenos produtores — conta José Roberto.

Para Renato Maluf, da UFRRJ, esse triste quadro é fruto tanto de uma opção política de retração do Estado, que deixa de exercer sua função de regulamentação do mercado e abandona a idéia de formação de estoques estratégicos, quanto uma tendência estrutural que reflete o modelo dominante, que priorizou a agroindústria, na crença de que esse era o melhor caminho.

Quando o Consea foi lançado, em 30 de janeiro, o conselheiro Plínio de Arruda Sampaio apresentou uma proposta de que já na primeira reunião, pela urgência do tema, se iniciasse uma discussão sobre um plano de safra voltado para a segurança alimentar. A discussão do plano de safra era urgente, em razão do fato de que todos os planos, até hoje, estavam voltados para o agro-negócio, para os grandes produtores.

“A fome afeta significativamente os pequenos produtores da zona rural que não têm qualquer apoio do governo”, diz Chico Menezes, para quem discutir plano de safra é o primeiro passo para reverter esse quadro. Segundo ele, começar por uma política de apoio ao pequeno produtor é realizar uma política de transformação estrutural.

Além do sucateamento das estruturas de armazenagem, outro grande entrave para o produtor nacional é o transporte. No Brasil, o escoamento das safras ainda é feito prioritariamente por rodovias, o que traz enormes prejuízos nos gastos com fretes e combustível. Como esse problema não tem solução em curto prazo, o que pode ser feito para atenuar suas conseqüências é a construção de um sistema de armazenagem com capilaridade, ou seja, que esteja mais próximo dos produtores, ou que sejam instituídos postos avançados de compra. Também deve ser pensado o fortaleci-

mento de sistemas regionais de produção e consumo que, além de diminuir os custos de transporte, fortalecem a expressão da diversidade cultural alimentar que existe no país e, para a qual a contribuição da agricultura familiar é fundamental.

Os problemas não param por aí. Existem ainda as perdas pós-colheita que, no caso da soja, chegam a mais de 15% da produção, o que dá um prejuízo de cerca de US\$ 2 milhões. “Nesse caso, a solução é a volta da extensão rural, que pode promover a capacitação do trabalhador rural”, acredita José Roberto Escórcio.

A falta de padronização de embalagens também é um fator que complica a comercialização e essa é uma questão que cabe ao Ministério da Agricultura. Além disso, há toda uma defasagem da legislação na área. “A legislação federal está muito atrasada e muitas vezes acaba se confrontando com as legislações estaduais que são atualizadas mais rapidamente”, diz Maluf, para quem essa confusão prejudica principalmente o pequeno produtor, que tem mais dificuldade de atender às exigências da fiscalização.

Na verdade, a solução de tantos e tão intrincados problemas passa obrigatoriamente por uma drástica mudança no modelo de produção agrícola e por uma determinação de prioridades políticas. Como afirma Guilherme Delgado, pesquisador do Ipea e membro do Consea, a convivência desses dois modelos (grandes produtores / agricultura familiar) é possível, mas ela se dará todo o tempo em forma de embate. “Jamais será uma convivência pacífica”, diz ele, “e portanto deve haver, por parte do governo, definição clara de qual será a tendência por ele assumida. Esta é uma questão em que não é possível ficar em cima do muro”.

Segundo Guilherme, o agro-negócio está voltado para a economia, enquanto a população e suas necessidades estão situadas no mundo da vida. “Cabe ao governo”, diz ele, “inverter o que tem sido feito há muito tempo e levar o mundo da vida para a economia”. ■

E se somos Severinos iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte de fome um pouco por dia...

JOÃO CABRAL DE MELO NETO (1920 — 1999)

MORTE E VIDA SEVERINA

A seca nordestina



Após a seca de 1877, ao iniciar o projeto do primeiro grande açude do Ceará e o mais antigo do Brasil, Dom Pedro II prometeu: "Enquanto houver ouro no Império, nenhum nordestino morrerá de sede". A obra foi inaugurada em 1906. De lá para cá, o Império virou República e o belo açude do Cedro, cujas paredes foram construídas artesanalmente pelos escravos, foi tombado como patrimônio histórico da humanidade, mas as secas continuam e muitos nordestinos ainda morrem de fome por causa delas, enquanto grande parte dos recursos liberados exclusivamente para atender às suas necessidades é utilizada com fins eleitoreiros.

Para Luiz Octavio Pires Leal, nenhum fenômeno natural brasileiro é mais previsível do que a seca do Nordeste. "Nada mais recorrente, mais repetitivo, mais triste e mais dramático", diz ele, no artigo *Seca do Nordeste: verdades e mitos* (revista *Manchete Rural*, setembro de 1998), garantindo que o problema da seca do Nordeste ainda não foi resolvido pelo simples fato de que para os homens de decisão política da própria região interessa mais a sua permanência do que sua solução.

O SEMI-ÁRIDO

A região Nordeste ocupa uma área aproximada de 1.550.000 km², cerca de 18% do território nacional, e abriga quase 48 milhões de pessoas, que equivale a 28% da população total do país. Da área total da região, aproximadamente 900 mil km² estão no Semi-árido, que se divide em duas partes: o Sertão, parte maior, mais interna e mais seca, e o Agreste, uma estreita faixa de transição entre a Zona da Mata, de clima úmido, e o Sertão. No semi-árido vivem cerca de 26 milhões de pessoas, 10 milhões das quais na área rural, o que a torna a região semi-árida mais populosa do planeta e agrava as conseqüências da seca. As chuvas, que ocorrem de forma localizada e com grandes intervalos de tempo entre elas, se concentram em apenas uma estação — o 'inverno' —, que dura de

três a cinco meses. Apesar de algumas características comuns, o semi-árido precisa ser visto como um grande 'mosaico' natural, como explica Malaquias Bastos Filho, professor da Universidade Federal de Pernambuco, membro do Consea e poeta nordestino, no cordel *O sertão pode dar certo?*, escrito em 2001 para retratar a experiência de sete seminários sobre a viabilização econômica e social do semi-árido nordestino.

*No semi-árido existem
Meso e microrregiões
Cada uma um caso próprio
Diferentes vocações
Que devem ser discutidas
Na hora das decisões*

Existem na região apenas dois grandes rios permanentes: o São Francisco e o Parnaíba. Os outros são intermitentes, ou seja, enchem no período das chuvas e secam no período de estiagem. Das chuvas que caem, aproximadamente 91,8% se evapora, 8% contribui para o escoamento superficial e apenas 0,2% alimenta o subsolo. Diferentemente do período normal de estiagem, a seca ocorre quando as chuvas se tornam insuficientes até mesmo para a manutenção da agropecuária de subsistência, obrigando muitas famílias a emigrarem para os centros urbanos do nordeste ou de outras regiões do país.

A CONVIVÊNCIA DO HOMEM COM A NATUREZA

*No ar, a grade pergunta:
Esse sertão é viável?
Como aqui sobreviver
De uma forma aceitável
Sem ostentação sem luxo
Mas sem ficar miserável?*

De acordo com Didier Bloch, autor do texto *Seca 98, retrato de uma calamidade anunciada*, a irregularidade das chuvas tem que ser vista como uma condição da própria natureza e a seca como um fenômeno complexo que envolve, além do fator climático, fatores fundiários,

relacionados à posse da terra e da água; econômicos, como a falta de integração do semi-árido na economia nacional e a existência da nefasta 'indústria da seca'; sociais, que afetam as relações familiares e as relações de trabalho; políticos, representados pelo coronelismo, pelo clientelismo, e pela falta, inconsistência ou descontinuidade das políticas públicas para a região; e culturais, referentes à inadequação dos hábitos da população à realidade do semi-árido.

No que diz respeito às políticas públicas, um dos grandes equívocos foi a aposta incondicional na chamada 'política hidráulica', com a crença de que se o problema era a disponibilidade de água, acumular esse bem seria a solução. Mais de 70 mil açudes, públicos e particulares foram construídos, mas isso não resolveu o problema das populações sertanejas.

*Quantos açudes agüentam
Nove meses sem chover?
E quantas dessas barragens
Em três meses vão encher?
As que enchem logo secam,
Basta pagar pra ver*

Atualmente, a única certeza de todos os que estudam a questão é que as soluções para os problemas da seca só podem surgir da ampla discussão entre os três níveis do governo, os técnicos, representantes da sociedade civil organizada e a própria população, e que precisavam estar centradas na idéia de 'convivência com o semi-árido'.

*A Embrapa já mapeou
Os vários ecossistemas
Que compõem o semi-árido.
Na base de seus problemas,
Combinando solo e clima,
Desenhou vários esquemas*

*Nos espaços figurados
Num trabalho competente
Se sabe qual o suporte
De planta, animal e gente,
O que se pode ou não pode
Fazer em cada ambiente*



Fome Zero: uma grande causa nacional

Em meio a inúmeras dúvidas, uma certeza: no Brasil, a fome e a insegurança alimentar não são causadas pela falta de alimentos, mas pela falta de dinheiro para a compra dos alimentos. Isso significa que a falta de recursos é o principal empecilho para que milhões de pessoas tenham acesso a uma alimentação adequada.

Fome e pobreza formam um ciclo vicioso, no qual uma é simultaneamente causa e consequência da outra. Mulheres desnutridas geram crianças desnutridas, que são mais vulneráveis às doenças e até mesmo à morte prematura. Tais crianças terão mais dificuldade de aprendizado e, futuramente, menos chances num mercado de trabalho cada vez mais restrito e exigente. Por fim, tornar-se-ão adultos condenados à pobreza e, consequentemente, à fome.

Os resultados do ciclo, no entanto, não são apenas de ordem pessoal. Ao impedir melhores resultados nas políticas de saúde, educação, segurança pública e trabalho, o quadro de pobreza e fome impede também o desenvolvimento do país e accentua as desigualdades sociais.

O PROGRAMA DO GOVERNO

O Programa Fome Zero, criado para combater a fome e a miséria no Brasil, parte do princípio de que a pobreza não é conjuntural, mas que é resultado de um modelo de desenvolvimento que leva a uma crescente concentração de renda e ao aumento do desemprego. Não é possível combater a fome sem pensar na geração de empregos, no aumento da produção local de alimentos, na dinamização do comércio local e na criação de condições de cidadania para as famílias brasileiras, como explica o ministro extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano:

— O objetivo do governo é combater a fome e a desnutrição, gerando novas dinâmicas econômicas, ou seja, criando um outro modelo de desenvolvimento que incorpore os pobres, ao invés de descartá-los.

O Programa Fome Zero foi elaborado a partir de um estudo realizado

pelo Instituto Cidadania, uma ONG ligada ao Partido dos Trabalhadores, e propõe políticas estruturais, cujo objetivo é a ruptura definitiva do binômio 'fome-pobreza', e políticas locais, urbanas e rurais que apoiem e divulgam iniciativas de prefeituras e de entidades da sociedade civil. Sua execução está a cargo do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), mas o conjunto de medidas proposto envolve a participação de todos os outros Ministérios e a coordenação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), considerado peça chave na construção participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar.

Segundo Chico Menezes, uma das mudanças mais significativas que houve no Programa Fome Zero em relação ao projeto do Instituto Cidadania tem a ver com a estrutura do Programa. Diz ele que a proposta inicial era que fosse criada uma Secretaria diretamente ligada à Presidência da República e não um Ministério.

— A gente defendia a Secretaria por causa de um aspecto fundamental na questão da segurança alimentar, que é a transversalidade do tema. Outro fator importante era que, na nossa opinião, uma Secretaria não teria que disputar orçamento com os outros ministérios, ficando com a tarefa de articular as diferentes ações dos diversos ministérios. Isso gerou algumas divergências, mas a ideia do ministério acabou prevalecendo, talvez por expressar com mais clareza a prioridade do Programa — conta Chico Menezes, para quem o Consea é absolutamente fundamental para o sucesso ou fracasso do Programa do governo.

Segundo ele, o Conselho é o espaço no qual serão feitos os acordos entre os diferentes interesses existentes na própria sociedade e entre os ministérios.

“Uma das decisões do regimento do Conselho é que quando houver posições divergentes, todas serão levadas ao presidente da República, com

Criado pela Medida Provisória nº 103 de 1º de janeiro de 2003, e regulamentado pelo Decreto 4.582, de 30 de janeiro de 2003, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) tem caráter consultivo, funcionando como um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil para a proposição de políticas e ações na área da alimentação e nutrição. O trabalho do Consea visa manter um diálogo permanente entre o novo Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa), os demais Ministérios e a sociedade. Entre os objetivos estabelecidos para o Conselho, está o de assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito à alimentação.

O Consea é presidido por um dos representantes da sociedade civil e tem como secretário o Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano. Ele é composto por 62 conselheiros — 13 ministros de Estado, 11 observadores e 38 personalidades da sociedade organizada — nomeados pelo Presidente da República. Cabe a esse Conselho avaliar o Plano Estratégico e o Plano Emergencial do Mesa; organizar a II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, no 1º trimestre de 2004; estimular e apoiar a criação de comitês estaduais e municipais de combate à fome e a miséria no país; propor projetos e ações prioritárias de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional a serem incluídos no Plano Plurianual de governo; e realizar estudos que fundamentem as propostas de diretrizes por ele apreciadas. Mais informações: www.presidencia.gov.br/mesa

os votos de cada conselheiro. Isso expressa as diferenças, e mostra o que cada setor da sociedade que está representado no Conselho pensa sobre o assunto”, explica, acrescentando que as divergências que ocorrem no próprio Consea acabam obrigando o governo a ser mais cuidadoso com suas pro-

Os sertanejos invertiam toda a psicologia da guerra: enrijavam-nos os reveses, robustecia-os a fome, empedernia-os a derrota”.

EUCLIDES DA CUNHA (1866 - 1909)

OS SERTÕES

postas. "A idéia de notas fiscais no uso do cartão sofreu um bombardeio tão grande que já foi mudada", lembra Chico.

AS POLÍTICAS E AS AÇÕES

A idéia de combinar políticas estruturais — voltadas para as causas profundas da fome e da pobreza — com políticas específicas — que atendem diretamente as famílias no acesso ao alimento — e políticas locais — implantadas por governos estaduais, prefeituras e pela sociedade organizada de acordo com as necessidades de cada região —, é uma tarefa complexa, que exige uma grande mobilização dos governos federal, estaduais e municipais, além de um forte apoio da sociedade. O projeto é ambicioso e propõe medidas de todo tipo. Quanto às políticas estruturais, estão previstas no Programa:

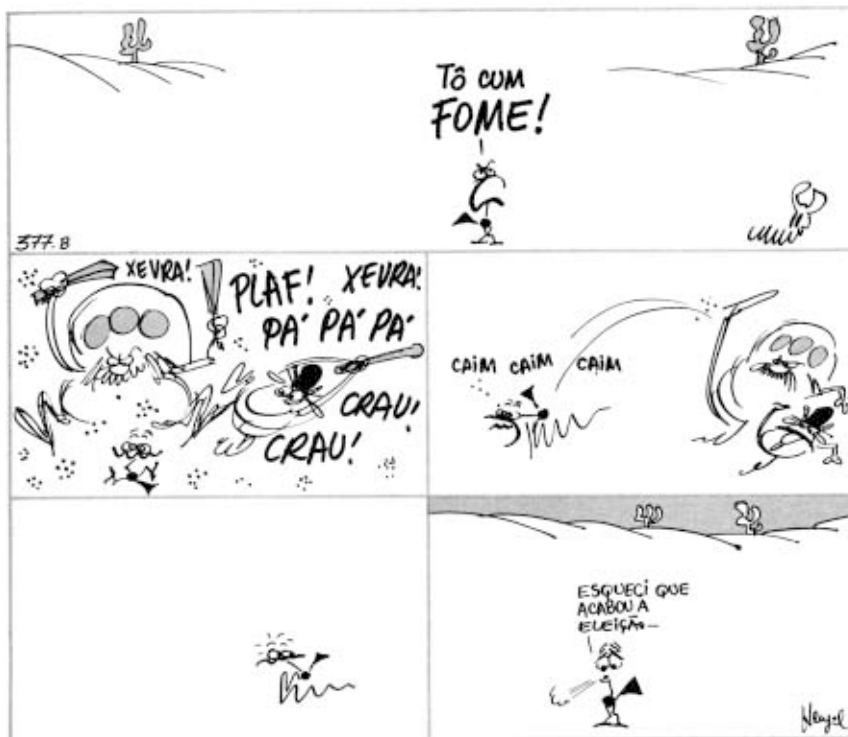
- ♦ **Geração de emprego e renda**, envolvendo aumento do salário mínimo; formação e incentivo ao primeiro emprego para jovens; programas de requalificação permanente, especialmente para pessoas acima de 40 anos; aumento do volume de crédito do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal para investimentos em produção nas pequenas empresas; fortalecimento de agências de microcrédito solidárias; recuperação do ensino público fundamental, da educação infantil e da infraestrutura educacional nas áreas rurais e urbanas; e recuperação da política habitacional.

- ♦ **Previdência social universal**, a partir da idéia de que a distribuição de renda só garante o bem-estar da população sobre se estiver atrelada a alguma forma de sustentação a longo prazo, capaz de gerar uma renda que reduza o grau de comprometimento futuro com aluguel, prestações ou juros pagos a agiotas. A ação do Estado pode ser feita por meio de programas de renda mínima, do seguro-desemprego e da ampliação do sistema de previdência e aposentadorias.

- ♦ **Incentivo à agricultura familiar**, por meio de uma política de crédito e de seguro agrícola; da prioridade à produção interna e local dos alimentos, com importação prevista apenas no caso de quebras de safra; do uso da pesquisa pública e da assistência técnica direcionadas; do incentivo a cooperativas de produção e comercialização; e do pagamento de renda ambiental nas áreas de preservação.

- ♦ **Intensificação da reforma agrária**, garantindo a função social da propriedade; distribuindo e ampliando as fontes de renda; e incentivando o autoconsumo alimentar (auto-sustento).

- ♦ **Bolsa-Escola e renda mínima**, pro-



GRAUNA — Hnefil, 1973

movendo auxílio às famílias pobres com filhos em idade escolar.

- ♦ **Segurança e qualidade dos alimentos**, com controle preventivo e implantação de um sistema de informações e vigilância da segurança dos alimentos; incentivo e divulgação das pesquisas de prevenção de riscos alimentares; exigência de informações nos rótulos de alimentos sobre sua origem e sobre seus riscos; e aumento do controle sobre a entrada de alimentos transgênicos no país.

As políticas específicas, por sua vez, englobam:

- ♦ **Cartão-Alimentação**, cujo papel é fornecer crédito para a compra de alimentos, implantando simultaneamente mecanismos de contrapartida para os atendidos, que deverão frequentar cursos de alfabetização ou de requalificação profissional, atender às exigências das políticas de saúde, ou prestação de serviço comunitários.

- ♦ **Ampliação da merenda escolar**, com aumento dos teores calórico e nutricional da merenda; atendimento para os irmãos de escolares e para creches, especialmente nos municípios mais pobres; utilização de produtos regionais na composição da merenda; e apoio técnico aos Conselhos Municipais de Alimentação Escolar.

As políticas e ações locais são construídas a partir do respeito à diversidade cultural de cada região do país, e podem ser implantadas pelos estados e municípios, de acordo com seu perfil (área rural, urbana ou metropolitana), sempre em parceria com a sociedade civil. A proposta é que sejam dissemina-

das experiências que já estão funcionando com bons resultados em diversos municípios. Também está prevista a criação de Sistemas Municipais de Segurança Alimentar, coordenados por órgãos específicos e integrando as diversas ações dos governos municipais no atendimento ao Direito Humano à Alimentação. Entre elas, estão:

- ♦ **Banco de Alimentos** — O objetivo do programa é incentivar e apoiar a criação de Bancos de Alimentos públicos em municípios de médio e grande porte, por meio de capacitação e transferência de tecnologia. Os Bancos de Alimentos recebem doações de produtos impróprios para a comercialização, mas que mantêm inalteradas suas propriedades nutricionais e não oferecem qualquer risco ao consumo humano, e os repassam a instituições sem fins lucrativos que produzem e fornecem refeições gratuitas.

- ♦ **Restaurantes populares** — É papel do Mesa incentivar a instalação de restaurantes populares em municípios de médio e grande porte, a fim de criar uma rede de proteção alimentar para as pessoas que realizam refeições fora de casa. Os restaurantes populares são estabelecimentos que vendem refeições prontas, nutricionalmente balanceadas, com a qualidade assegurada, e a preços acessíveis principalmente para os trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados e moradores de rua.

- ♦ **Educação para o consumo** — O Programa de Educação Alimentar e para o Consumo tem o objetivo de informar

e orientar a população sobre a necessidade de escolher alimentos de qualidade e, dessa forma, evitar males como a obesidade, diabetes e hipertensão que decorrem, na maioria das vezes, da falta de orientação alimentar. A idéia é difundir a discussão sobre alimentação para os meios de comunicação, escolas, empresas e na famílias. Outra medida prevista é a criação da Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos Industrializados (NBCAI).

♦ **Centros de Recepção e Distribuição de Doações (CRD)** — O Ministério de Segurança Alimentar e Combate à Fome também sugere que as Prefeituras criem Centros de Recepção e Distribuição de Doações (CRD), com o objetivo de arrecadar alimentos a serem distribuídos no próprio município.

♦ **Segurança e qualidade dos alimentos** — Nas áreas rurais, as prefeituras devem priorizar a compra de alimentos dos agricultores familiares para a merenda escolar, hospitais, creches, quartéis, restaurantes populares, etc; direcionar a assistência técnica para melhorar e aumentar a produção; e auxiliar os agricultores na obtenção do crédito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), incentivando a formação de cooperativas e associações de produção, comercialização e microcrédito.

♦ **Apoio à produção de consumo próprio** — A idéia é que as prefeituras ofereçam espaços públicos tradicionais da cidade (feiras e varejões) para venda direta da produção e atuem como intermediários nos contatos com empresas que se interessem por produtos regionais; criem bancos de sementes, insumos, ferramentas e matrizes de pequenos animais; e executem obras de infraestrutura como pontes, estradas rurais, açudes e balcões de armazenagem, a fim de facilitar o transporte, baratear o preço final, ajudar no escoamento da produção e aumentar a oferta de trabalho.

♦ **Parceria com varejistas** — Estabelecer parcerias com grupos de varejistas locais (feirantes, mercearias e pequenos comércios) para instituir sistema de compras em comum, diminuindo o monopólio das grandes redes de supermercados, permitindo controle de preços e margens de lucro, a fim de favorecer a queda de preços.

♦ **Novo relacionamento com a rede de supermercados** — Estabelecer parcerias com supermercados no que diz respeito à comercialização de produtos da agricultura familiar local; à manutenção das margens de lucro e de preços compatíveis com o poder aquisitivo da comunidade; e à aliança com fornecedores, produtores agrícolas e

agroindustriais locais em campanhas de alimentação, comercializando produtos de época ou atendendo a demandas específicas.

♦ **Agricultura urbana** — Recentemente, a FAO lançou o programa Cidades Alimentando Cidades, que destaca o valor da chamada agricultura urbana e mostra a importância da utilização de terrenos baldios e quintais para o cultivo de alimentos e orienta o uso adequado da água nas cidades. Infelizmente, as atividades urbanas de produção e de distribuição de alimentos não têm recebido a devida importância. Por essa razão, é necessário se implantar um programa dirigido ao fortalecimento de pequenos e médios produtores urbanos de alimentos e de refeições prontas e à qualificação do pequeno varejo. Uma das idéias é que as empresas apoiem decisivamente projetos desse tipo, cedendo terrenos por meio de mecanismos jurídicos, como o da cessão em comodato, para a produção de alimentos por trabalhadores desempregados e que utilizem a produção local para seu próprio abastecimento.

AS DIFICULDADES E AS POLÊMICAS

Como era de se esperar, um Programa desse porte não poderia ser uma unanimidade. As críticas vêm de

todos os lados, mas não vêm sozinhas. Junto delas existe, na maioria das vezes, um sincero desejo de que tudo dê certo e de que, finalmente se faça a mudança tão esperada. "O Fome Zero é mais do que um projeto, é uma grande causa que precisa do apoio da sociedade para se concretizar", acredita Silvia Vignola, do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec).

As dificuldades, no entanto, são muitas e algumas surgiram antes mesmo do resultado da implantação do Projeto Piloto nos municípios piauienses de Guaribas e Acauã, nos quais até o dia 21 de março haviam sido beneficiadas 1000 famílias. A maior polêmica envolve certamente o Cartão-Alimentação, cujo uso tem sido bastante questionado. Para Chico Menezes, o grande problema está em se qualificar o cartão como bom ou ruim e adotá-lo de forma irrestrita ou simplesmente descartá-lo como uma opção.

— Será que num país de dimensões continentais, como o Brasil, é possível usar um só modelo de política? Ou deve se ter cartão em determinadas regiões e renda mínima em outras? Será que não é preciso mapear melhor essas características e aí sim discutir o assunto, sem deixar que a discussão se polarize por razões que estão ocultas e que não

Em 1991, o Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ao Senado o projeto de lei 'Programa de Garantia de Renda Mínima' (PGRM). A idéia é contribuir para a erradicação da miséria, beneficiando, sob a forma de imposto de renda negativo, aquelas pessoas cujos rendimentos brutos mensais são inferiores a R\$ 270,00 (valor corrigido em 1998). Isso significa que a pessoa recebe uma complementação financeira do Estado, que vai de 30% a 50% da diferença entre o que ganha e o limite estabelecido pelo PGRM. Nesse caso, às pessoas com renda zero caberia a quantia de R\$ 81,00. Ao projeto original já foram acrescentadas diversas outras propostas que dizem respeito à educação — obrigação de a família beneficiada manter na escola as crianças até 14 anos — e à necessidade de garantir os recursos necessários para a realização do programa — exclusão do programa daqueles que, mesmo tendo renda individual menor que R\$ 270,00 mensais, pertençam a famílias com renda total superior a R\$ 810,00 mensais. Outra emenda importante referia-se à extinção de programas de política social compensatória, incen-

tivos e renúncias fiscais, em valor igual ao financiamento do programa, na medida em que ele for sendo implementado. Segundo um estudo de André Urani (Ipea), levando-se em consideração tais emendas, o programa pode atingir a 31,4 milhões de beneficiários e o seu custo total está previsto em R\$ 17,6 bilhões por ano, o que representa aproximadamente 2,5% do PIB.

De acordo com Eduardo Suplicy, o Programa, além de proporcionar melhores condições de vida para o cidadão, cria um mercado de consumo interno forte o suficiente para elevar a economia do país. Outra vantagem seria a eliminação dos intermediários, pois os recursos chegam diretamente à população carente.

Modelos desse programa já foram implantados em alguns municípios com grande sucesso, como o Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, em Campinas, e o Bolsa-Escola, no Distrito Federal, que garante benefícios a famílias necessitadas com filhos de até 14 anos matriculados na rede pública.

Mais informações:

www.senado.gov.br/eduardosuplicy

têm necessariamente nada a ver com o objetivo do programa? — pergunta ele, acreditando que o cartão pode ser uma boa solução para os municípios que apresentam uma situação mais grave, principalmente porque um governo recém-empossado não teria condições de fazer a máquina funcionar num período curto de tempo de uma forma mais plena.

Para alguns, como Zilda Arns, que também é membro do Consea, o Cartão-Alimentação representa uma ação apenas emergencial e isso não é suficiente.

— O programa deve prever uma boa formação dos profissionais e instituições que irão atuar no combate à fome, além de prever acesso à educação e saúde aos seus beneficiários, ou seja, oferecer a eles o direito à cidadania. Existem muitas pessoas miseráveis que não passam fome, mas que não se sentem cidadãos. Pela minha experiência na Pastoral, famílias que só recebem comida acabam se acomodando e continuam na mesma situação de miséria — constata Zilda Arns, para quem o Fome Zero deve aproveitar programas já criados e ampliar programas que hoje têm pouca cobertura, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e o Programa de Apoio Continuado aos Idosos.

Segundo o ministro Graziano, no entanto, o cartão desempenha um papel importante ao vincular o gasto à compra de alimentos. “Não se trata de uma questão moral ou de tentar limitar a escolha das pessoas”, diz ele, completando:

— O que não queremos é pulverizar os recursos disponíveis. Caso não haja esse vínculo, o impacto dinamizador da agricultura familiar não ocorrerá. Por outro lado, para combater a subnutrição não tem outro jeito que não seja o de se aumentar o consumo de alimentos. Além disso, ainda continuam a funcionar diversos programas de transferência de renda como, por exemplo, o Bolsa-Alimentação e o Bolsa-Escola.

A escassez de recursos é outro grande problema. Em 2003, o orçamento do Ministério é de apenas R\$ 1,8 milhões, quando para atender a todas as famílias necessitadas seria necessário dez vezes esse valor. Na opinião de Luciene Burlandy, da Universidade Federal Fluminense (UFF), a falta de recursos obriga que se faça um rigoroso controle dos recursos existentes para que eles cheguem aos beneficiários com rapidez e efici-

ência, sem se perder no meio da burocracia e da corrupção. “É preciso respeito com o dinheiro público”, diz a professora.

Para Sílvia Vignola, a melhor solução para se evitar o desperdício de verbas é a descentralização dos programas. “Num país do porte do Brasil, a centralização só favorece à corrupção. No município, a população tem mais facilidade de exercer o controle social”, garante ela, lembrando a necessidade de se observar o que já tem sido feito pelos municípios e por diversas entidades.

A importância do controle social também é lembrada por Chico Menezes, que acha necessária a inserção nas comunidades de agentes que estejam comprometidos com a aplicação do programa.

— Embora os Agentes Comunitários de Saúde já estejam repletos de trabalho, eu penso que eles são as figuras mais adequadas para desempenhar essa função, principalmente por já estarem inseridos nas comunidades e pela possibilidade de serem capacitados num curto espaço de tempo para atuarem tanto no monitoramento dos resultados das ações, repassando seus dados para os comitês gestores, quanto na busca ativa de novas famílias para o programa e na mobilização das pessoas para o exercício do controle social — explica.

E se a falta e o uso dos recursos são um problema, a captação de outros recursos também vem gerando algumas críticas, principalmente no que se refere às doações em dinheiro ou alimentos para o governo.

— A minha posição é que o governo deve receber impostos e não doações. Não gosto da idéia de um ‘0800’ pra receber dinheiro da população e muito menos de empresas. As empresas devem pagar impostos. Também acho que é um erro fazer dessa prática o grande destaque do programa. O sucesso desse programa depende de políticas públicas construídas juntamente com a sociedade e da mobilização nas comunidades receptoras para estarem fazendo o controle social na aplicação dos recursos. Esse é o caminho. Para a classe média, que quer contribuir com doações, existem as instituições habilitadas. A sociedade precisa se voltar para a discussão sobre as transformações

maiores que precisam ser feitas, como a reforma previdenciária e a reforma tributária. O cobertor é curto e nós temos várias questões estruturais para enfrentar — diz Chico Menezes, para quem, passadas a euforia e as cobranças iniciais, parece ter chegado a hora de se arregaçar as mangas e se trabalhar com calma e perseverança.

*tem a ver com esta gente com estes homens
que o trazem no corpo e até no nome
tem a ver com estes cômodos escuros
com esses móveis queimados de pobreza
com estas paredes velhas com esta pouca
vida que na boca
é riso e na barriga
é fome*

FERREIRA GULLAR (1930 —)
BANANAS PODRES

— O Lula disse que não podemos cometer o engano de querer abraçar o mundo com as pernas, porque depois tudo desmorona e é difícil se por de pé de novo. “Vamos começar pequeno e vamos crescer aos poucos, levando em conta que a gente tem quatro anos”, disse ele. Eu acho que é um bom conselho. Embora a gente saiba que quem tem fome tem pressa, como dizia o Betinho, é sempre bom ter em mente que o enfrentamento dessa questão tem que ser feito com muito cuidado, porque não se pode errar — lembra.

As discussões sobre o Programa têm sido muito grandes. Todos têm algo a dizer, muitos querem colaborar, mas os resultados obtidos na experiência piloto ainda não permitem análises mais profundas sobre o sucesso ou não das iniciativas. O jeito é conter um pouco a ansiedade e esperar, como também sugere Malaquias Batista Filho, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e membro do Consea:

— O Fome Zero é uma proposta em construção. Não há sentido em se condenar o Programa em bloco. Devemos pensar num horizonte temporal mais longo e ver, aos poucos, o que é preciso melhorar.

Chico Menezes concorda, mas alerta para um momento que, para ele, será crucial para uma avaliação mais objetiva do Programa, que é a montagem do orçamento para 2004, quando serão definidas as prioridades do governo:

— O orçamento vai mostrar se o combate à fome é de fato uma prioridade ou se tudo não passa de mero discurso. ■

A batalha está apenas começando

O que está dito, está dito. O que está escrito, muito mais. Agradecemos a todos os entrevistados e pessoas que nos forneceram material de consulta e referência sobre o assunto, especialmente a Chico Menezes, do Ibase, pelo tempo generoso que nos concedeu para elucidação de tantas dúvidas. Agradecemos ainda ao Canal Saúde, por disponibilizar as fitas dos programas gravados sobre a fome e por nos abrir as portas do estúdio para assistirmos à gravação do terceiro e último programa da série.


Uma vez descrito e discutido o Programa Fome Zero, contextualizada a questão da fome no Brasil e apontados alguns dos maiores entraves e também algumas direções a seguir para a solução do problema passaremos, nas próximas edições, a acompanhar o assunto detendo-nos mais especificamente nas ações e na contribuição do Ministério da Saúde para o programa governamental e, principalmente, no trabalho dos municípios brasileiros. Qualquer um que ao menos passe os olhos no Programa percebe de imediato o papel de fundamental importância reservado aos municípios nesta proposta, identificado no tópico Políticas Locais. Além disso, há ainda a variedade de iniciativas 'nativas', que partem das próprias gestões municipais e que são encorajadas. O problema, como vimos, é multisetorial e requer transdisciplinaridade e muitos olhares e saberes diversos para sua solução. O Programa Fome Zero, portanto e como não poderia deixar de ser, é interministerial, funcionando integradamente e sob a inspiração e direção rédea-curta da Presidência da República, com monitoramento e assessoria do Conselho de Segurança Alimentar.

A Saúde, no entanto, por ter já construído a experiência bem sucedida do Sistema Único de Saúde, e por abrigar em si o amplo conceito de qua-

lidade de vida, tem uma contribuição importantíssima a dar, seja por meio de sua rede já estruturada de informação, monitoramento e assistência à saúde nos milhares de municípios brasileiros, seja por meio do conhecimento e das estratégias de gestão acumulados por toda uma geração de profissionais, desde a década de 70, e que foram fundamentais para a implantação e consolidação do Sistema Único. Essa gente é especialista em 'guerras': contra doenças, contra epidemias, contra a pobreza, contra mercados onipotentes fabricantes de produtos nocivos à saúde, contra a morte e a apatia. Essa gente já resistiu a interesses extra-nacionais, a maus governantes e a uma das maiores epidemias de Aids do mundo, e hoje 'puxa' políticas de saúde na América do Sul e em outros países do terceiro mundo, graças ao seu exemplo.

Nossa intenção, nesta reportagem, foi descrever com clareza e precisão um panorama da fome no Brasil no contexto do Programa Fome Zero. Mas, como o próprio título ge-

ral nos indica, trata-se de uma 'fotografia', isto é, de uma pequena fatia colhida e escolhida da imensa, variada e difusa realidade. Para cada ponto que iluminamos, centenas de outros permaneceram às escuras. O assunto é vasto e complexo, e as discussões em torno dele, como temos acompanhado pelos noticiários, desdobram-se em progressão geométrica a cada dia. Cremos, porém, que esta seja uma boa fotografia, daquelas que identificam bem o rosto das pessoas, as cores da paisagem, os detalhes das ruas e das casas. Mas o aviso é necessário: a realidade tem três dimensões, e não cabe no visor da câmera.

A contribuição do Radis, portanto, não termina aqui. Continuaremos observando, acompanhando, 'traduzindo' iniciativas e políticas, dimensionando ganhos e perdas, fotografando o caminho e, principalmente, refletindo sobre cada passo dado. Quem sabe num futuro breve nosso 'cachorrinho da Fome' não será ilustrado dessa maneira? 



*Ai, que grande jantar mineiro
Que seria esse... Comíamos,
E comer abria fome,
E comida era pretexto.*

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE
(1902 — 1987) A MESA

RADIS ENTREVISTA

Jorge Solla

Esperamos superar as fragmentações e a superposição de ações

Por Katia Machado e Ana Beatriz de Noronha

O médico-sanitarista Jorge Solla é o atual titular da Secretaria de Atenção à Saúde, recém criada no Ministério da Saúde. Durante três anos e meio, exerceu o cargo de secretário de saúde do município de Vitória da Conquista, na Bahia, e de diretor do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). Foi também representante do Conasems na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Solla esteve com o Radis na Fiocruz, onde falou sobre as atribuições da nova secretaria da qual tomou posse, a sua experiência em Vitória da Conquista, os grandes programas de governo, o SUS nos municípios e ainda sobre o papel do controle social para o bom funcionamento do sistema de saúde brasileiro.

Gostaríamos que o senhor nos descrevesse a nova Secretaria de Atenção à Saúde, que absorve as atribuições das extintas Secretaria de Assistência a Saúde (SAS) e Secretaria de Políticas de Saúde (SPS). O que muda e o que permanece?

A Secretaria de Atenção à Saúde está sendo conformada com o conjunto da rede assistencial da Atenção Básica, passando pela rede ambulatorial especializada, Atenção Hospitalar e Atenção de Alta Complexidade, e com os programas de Saúde Pública. A Secretaria passa a ter um grande potencial, buscando integrar atenção entre os diversos níveis, os programas, as ações programáticas e as áreas técnicas, construindo políticas de atenção à saúde que permitam um cuidado mais global ao paciente, articulando intervenções nos campos da promoção, prevenção, cura e reabilitação e desenvolvendo espaço articulado de operação.



Com isso, esperamos superar as fragmentações e a dicotomia entre Atenção Básica e Atenção Especializada e a superposição de ações que existiam em função do desenho institucional do Ministério da Saúde.

Como ficam os grandes programas como o Saúde da Família (PSF) e Agentes Comunitários de Saúde (Pacs)?

A meta é ampliar a Atenção Básica, dobrando a população coberta pelo PSF em quatro anos. Isso significa levar o PSF a 100 milhões de pessoas até o final dessa gestão. Para tanto, devemos não apenas aumentar o número

de equipes, mas requalificar a Atenção Básica, criando condições de maior resolutividade para o PSF, articulando o acesso de pacientes que precisarem de serviços da Atenção Especializada, melhorando e investindo em ações de qualificação de recursos humanos visando superar a precarização do trabalho na área da Saúde. Todas essas ações, que estarão sendo coordenadas pela Secretaria de Atenção à Saúde e articuladas em conjunto com a Secretaria de Gestão do Trabalho em Saúde, permitirão tanto aumentar o acesso da população à Atenção Básica quanto oferecer serviços mais humanizados e de

maior qualidade. O PSF é prioridade para o governo.

Estudos demonstram que o PSF funciona mais efetivamente nas cidades pequenas do que nos grandes centros urbanos, devido a uma série de dificuldades. Existe alguma atenção especial do Ministério sobre o PSF nas grandes cidades?

Temos dificuldades diferenciadas em relação à implantação e aplicação do PSF, que variam de acordo com o porte dos centros urbanos. Há três grandes grupos de situações: as *pequenas cidades*, onde a inserção do profissional é complicada porque é preciso ter salários elevados e não conseguimos facilmente fixar o profissional na região em consequência da falta de infra-estrutura da cidade e da escassez de uma educação permanente; as *cidades de médio porte*, onde encontramos experiências extremamente positivas e onde a dificuldade de atração e fixação do profissional é menor. Nesse porte de município é preciso não só investir na quantificação e qualificação do profissional, como também aumentar o investimento nos serviços especializados. E, por fim, temos os *grandes centros urbanos*, que apresentam uma rede de saúde mais difícil de ser convertida e que precisa de investimento visando estimular mudanças voltadas para essa nova proposta de organização assistencial. Esses apresentam um grande contingente de trabalhadores, mas que estão inseridos em outros tipos de mercado de trabalho e resistem a um novo modelo de atenção à saúde. Nesse sentido, é preciso investir em gestão e em qualificação de recursos humanos, e criar condições nas secretarias municipais de saúde para que possam organizar estruturas distritais de acompanhamento mais complexas. Há uma série de investimentos a serem feitos nos municípios, com dimensões diferentes segundo o porte de cada um deles. Por isso, estaremos deslançando, ainda esse ano, dois campos de intervenção. Um deles é um projeto que está sendo moldado e será disseminado em breve, visando dar sustentação à ampliação do PSF nos grandes centros urbanos. Em segundo lugar, vamos melhorar o financiamento do PSF, que hoje é ainda bastante precário e com pequena participação dos estados (quase nula, na maior parte dos casos), onerando os municípios. Queremos criar uma política que atraia os estados a participarem dos financiamentos na Atenção Básica.

Em recente matéria do Radis sobre assistência farmacêutica, falamos no programa 'Farmácia Básica' e fornecimento do kit que vai para o PSF. Sabemos que o medicamento pode chegar de duas formas: tanto por meio de verba que tende a descentralizar a compra de medicamentos, quanto por meio de um kit nacional. Qual é sua opinião sobre esses dois processos?

As duas formas podem ser adequadas, dependendo do porte populacional. Para comprar medicamentos, é preciso ter escala. A política de descentralização de recursos para assistência farmacêutica básica é boa para municípios a partir de determinado porte porque eles têm como realizar um processo de licitação para a compra de remédios.



A prioridade atual é mudar a relação entre governo federal, estados e municípios. A proposta é construir um novo pacto de gestão do SUS que permita um trabalho mais parceiro e solidário entre os três níveis de gestão.



Em Vitória da Conquista, esse processo era excelente, pois a quantidade de medicamentos comprados permitia recorrer a licitações com preços mais baratos do que a Fundação para o Remédio Popular (Furp) poderia fornecer. No entanto, quando temos pequenos municípios – que são a maioria – e, portanto, com uma escala de compra muito baixa, essa modalidade não é racional, pois o elenco de possibilidades de compras é reduzido, o número de fornecedores e alternativas de compras são mais restritas. Precisamos repensar assistência farmacêutica levando em consideração algumas particularidades, até em função do formato que a indústria farmacêutica pública tem em cada região. Por exemplo, o governo do

estado da Bahia teve uma atitude completamente irracional quando fechou uma das maiores indústrias farmacêuticas públicas do Brasil. A compra por licitação pública nos municípios de médio porte da Bahia é a melhor alternativa. Já em São Paulo, consegue-se via Secretaria Estadual e Furp fazer distribuição de medicamentos em todo o estado. A política farmacêutica deve ter flexibilidade para adequar o seu formato, para permitir a compra de medicamentos mais baratos.

O Ministério da Saúde deve, este ano, realizar cortes em alguns programas e redução de gastos. De que maneira isso pode interferir na proposta de ampliação dos serviços de Atenção Básica e de investimento na Atenção Especializada?

Realmente, agora em 2003 iremos enfrentar uma dificuldade de financiamento muito grande. Este último orçamento do governo foi um dos mais apertados que tivemos nos últimos anos. No caso da Saúde, temos uma situação particular: além de ter o orçamento estrangulado, ele foi todo comprometido pela gestão anterior, que conseguiu engessar todo o seu processo de aplicação. Vários compromissos foram firmados, sobretudo no segundo semestre do ano passado, que deixaram uma margem muito pequena de remanejamento. O orçamento deste ano foi praticamente comprometido com as definições em relação à Atenção de Média e Alta Complexidade e Atenção Hospitalar feitas durante o ano passado. A gestão anterior do MS aumentou a tabela de teto financeiro de alguns estados, e tal aumento terá repercussão em 2003. Esse comprometimento não permitirá uma grande ampliação em várias áreas, e teremos que fazer um esforço grande para remanejar alguns montantes para projetos prioritários durante esse ano.

Por sua experiência como Secretário Municipal de Saúde e diretor do Conasems, qual é sua análise do desempenho atual do SUS nos municípios?

Faço um balanço do SUS muito positivo. Hoje, a capilaridade que a rede pública de saúde tem nesse país é algo muito interessante e o esforço que os municípios têm feito para assumir a gestão em saúde também traduz um trabalho com bons resultados. É claro que isso não é algo

homogêneo. Você tem hoje um conjunto grande de municípios com resultados muito positivos, um outro conjunto que, apesar do esforço, ainda tem grandes dificuldades e uma outra parcela onde efetivamente os municípios não assumiram as funções de gestão, apresentando inclusive problemas de desvio de função. A prioridade atual, portanto, é mudar a relação entre governo federal, estados e municípios. A proposta é construir um novo pacto de gestão do SUS que permita um trabalho mais parceiro e solidário entre os três níveis de gestão e uma relação de cooperação técnica que tenha condições de estabelecer um processo de avaliação e correção dos rumos quando houver a necessidade de superar as dificuldades. Essa nova relação irá construir a base para um Sistema de Saúde mais solidário e resolutivo. Eu acompanhei, participando da CIT, uma crítica ao Ministério da Saúde que dizia respeito à relação do governo federal com os municípios. Na prática, ela era triangulada a partir dos estados, e o Ministério só intervinha para tentar mediar alguns conflitos que não conseguiam ser resolvidos diretamente entre estados e municípios. Outro aspecto importante é que devemos reconhecer que o financiamento da saúde, hoje, para aqueles municípios que colocaram a saúde como prioridade e investiram e apostaram na construção SUS, está representando um ônus grande para o espaço de gestão municipal. Temos um conjunto grande de municípios no Brasil que gasta mais do que está previsto pela Emenda Constitucional 29.

O tom da realidade do SUS é dado pelos municípios?

A necessidade surge nos municípios. Você nunca esgota as necessidades, e isso é uma peculiaridade da área da Saúde. Além disso, as necessidades mudam em função das diferenças demográficas. Nós ainda não conseguimos resolver problemas importantes do ponto de vista de doenças endêmicas, ligadas a fome e a saneamento básico. Por isso, ao mesmo tempo em que é necessário resolver essas carências, é preciso também resolver problemas relacionados ao envelhecimento da população e às mortes por causas externas. Devemos ter em mente que os municípios apresentam um nível de demanda muito complexo, onde as respostas são extremamente variadas.



Jorge Solla: "Nós hoje temos um exército de conselheiros de saúde no Brasil inteiro".

FOTO: CACO XAVIER

Sérgio Arouca, titular da nova Secretaria de Gestão Participativa do MS, em entrevista ao Radis, diz que é preciso discutir Saúde segundo políticas intersetoriais. Qual é a sua opinião?

Do ponto de vista da resolução global, concordo plenamente. Só que, no dia-a-dia, é preciso não só buscar essas políticas intersetoriais, mas também dar resposta intra-setorial imediata para solução de problemas específicos. É preciso resolver naquele momento o problema de uma criança que chega ao posto de saúde com diarreia, por exemplo, mas sabemos que essa é uma questão que só poderá ser totalmente sanada quando tiver saneamento básico, acesso à alimentação saudável e melhoria de condições de habitação. Nesse sentido, eu acho que nós temos conseguido avanços importantes na política de saúde, não apenas no campo de construção de políticas intersetoriais — que ainda são muito tímidas —, como também no formato da nossa rede de Saúde, superando algumas dificuldades.

Qual é o papel do controle social para o bom funcionamento do Sistema de Saúde? É possível haver controle social sem informação facilmente disponível?

O controle social é uma das diretrizes mais importantes do SUS e está sendo priorizado por essa nova gestão do ministro Humberto Costa. A Secretaria de Gestão Participativa ilustra a necessidade de se fortalecer o controle social, fazendo uso de

espaços coletivos de participação (conselhos e sociedade organizada) e da relação direta com os usuários (ouvidorias e sistemas de pesquisas e de escuta da satisfação do usuário). A nossa legislação criou uma grande possibilidade de mecanismos de controle social. Nós temos hoje um exército de conselheiros de saúde no Brasil inteiro e conselhos formados em todos os municípios. No entanto, a capacidade de operação desses espaços de controle social é um processo político. Não é o fato de existir um conselho municipal de saúde que assegura ser ele um espaço efetivo de controle social. Esse é um processo que depende de educação política e construção de cidadania. Estamos criando condições para que o usuário venha cobrar o bom funcionamento do conselho de saúde de seu município. O MS está se propondo a investir não apenas na capacitação de conselheiros de saúde, mas também no fortalecimento dos espaços de controle, inclusive com a construção da Conferência Extraordinária de Saúde nesse ano. O nível de conhecimento das pessoas sobre seus direitos e sobre os mecanismos de denúncia e cobrança nesse processo é muito grande. Existe um número enorme de ações na Justiça de usuários que não estão recebendo medicamentos excepcionais. Em relação a esse episódio, o ministro Humberto Costa nos orientou a construir um processo coletivo de apuração. Foi então montado um grupo-tarefa para apuração dessa irregularidade, com a participação do Ministério da Saúde, do departamento de Auditoria, da Secretaria de Atenção à Saúde, do Ministério Público Federal, da promotoria de Direito do Cidadão, da Secretaria de Direitos Humanos e da Controladoria Pública. Essa é a primeira vez em que todos esses órgãos estão trabalhando em conjunto para apurar uma mesma situação e tomar as devidas medidas. Isso só foi identificado a partir da percepção dos usuários de que seus direitos estavam sendo negados.

O maior conhecedor do SUS é a população?

Não há a menor dúvida em relação a isso. Mas o senso comum diz que o usuário do SUS está na população de baixa condição sócio-econômica, enquanto sabemos que, hoje, o SUS é utilizado por toda a população. O que difere é o *quanto* você precisa utilizar e o *que* você precisa utilizar. ■

DOENÇA DE CHAGAS

Programa investe na prevenção e na educação para erradicar a doença na Bahia

Daniela Sophia

O estado da Bahia tornou-se referência nacional no controle da Doença de Chagas com a implantação do Programa Estadual de Erradicação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). A iniciativa tem como objetivo principal diminuir o índice de infestação melhorando as condições de habitação e saneamento básico, implementando ações de combate a focos de infestação e desenvolvendo atividades de educação sanitária, ambiental e de saúde.

O Programa surgiu em 1998, a partir de uma grande epidemia, quando houve a notificação de 242 casos e em que 400 pessoas morreram em decorrência da doença. Na época, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 88% dos domicílios rurais não possuíam instalação sanitária e 51% não tinham canalização interna para abastecimento de água.

Atualmente, ele está sendo implantado nos municípios que têm os índices mais elevados de infestação no estado e que precisam urgentemente desenvolver estratégias para reduzir esse número. De acordo com dados do IBGE, cerca de 30 mil casas nessas localidades estão infestadas pelos barbeiros, os insetos transmissores da doença.

A verba destinada ao Programa atingiu R\$ 6 milhões, numa média de R\$ 2,9 mil por família, beneficiando cerca de 10 mil pessoas em 20 localidades do estado, e foi aplicada em estratégias de educação e conscientização dos habitantes, bem como na construção de 376 novas moradias e na melhoria de 3,5 mil casas.

A Coordenadora do Programa, Regina Luz, disse que as ações desenvolvidas estão ajudando a diminuir os índices de infestação nos municípios e que o Programa deve ser considerado como uma estratégia a ser seguida em outros estados.

Mas ainda existem algumas dificuldades que podem ser atribuídas ao processo de implantação. "Para melhorar o atendimento feito pelo Programa, é necessário ampliar ainda mais a cooperação e articulação entre as prefeituras municipais, os consórcios municipais, o estado e a União", disse Regina.



De acordo com dados da Biblioteca Virtual Carlos Chagas, a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que há no mundo, atualmente, 18 milhões de pessoas portadores da doença. Somente no Brasil existem 3 milhões de pessoas infectadas. Mas, segundo o Ministério da Saúde, o número de internações está diminuindo a cada ano no país e essa redução pode ser atribuída não só à esfera estadual, mas também à esfera federal, que teve um importante papel nos anos 80 com o desenvolvimento de uma grande campanha de erradicação em todo o país feita por meio da antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública Ministério da Saúde (Sucam).

Para a OMS, é importante que os governos elaborem programas de prevenção e erradicação e trabalhem articulados com outras áreas de atuação. Com isso, a Organização estima


que até 2010 não haja mais novos casos da doença.

SOBRE A DOENÇA

A doença de Chagas, descoberta em 1909 por Carlos Chagas, médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, é causada pelo protozoário *Trypanosoma cruzi* e transmitida ao homem pelo inseto conhecido como 'barbeiro', encontrado principalmente na área rural. O contato da pessoa com o inseto acontece principalmente dentro de casas, onde ele vive entre as frestas e buracos de construções de pau a pique.

O controle é feito por meio de aplicação de inseticida e da melhoria das condições de habitação, substituindo as paredes de barro por de alvenarias. A doença é transmitida com a picada do barbeiro ou por transfusão de sangue.

Os sintomas aparecem entre o 5° e o 14° dia após a transmissão e se manifestam como febre, mal-estar, inflamação dos gânglios linfáticos e inchaço do fígado e do baço. O diagnóstico é feito por exame de sangue. Como não existe vacina, o combate é feito por meio de estratégias de prevenção e controle, como o emprego de inseticida, o controle do sangue contaminado, a eliminação dos animais domésticos infectados e a construção ou melhoria das habitações.

Para comemorar 90 anos da descoberta da doença, a Editora Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz), lançou o livro *Doença de Chagas: manual de experimentação animal*, de Tania Araújo, Jorge e Solange de Castro, apresentando uma visão global sobre o tema. 

Mais informações:

Conder

Tel.: (71) 372-6843

Site: www.conder.ba.gov.br

Editora Fiocruz

Tel.: (43) 324-2340

E-mail: editora@fiocruz.br

Site: www.fiocruz.br/editora

Biblioteca Virtual Carlos Chagas

Site: www.prossiga.br/chagas

BIOTECNOLOGIA

Comissão ministerial decidirá o que fazer com a safra de soja transgênica

Daniela Sophia

Os jornais divulgaram recentemente que o governo havia mantido a proibição do plantio e comercialização dos transgênicos, ao mesmo tempo que buscava uma solução jurídica para a safra de soja transgênica produzida ilegalmente no país esse ano, estimada em US\$ 1 bilhão. Segundo o Coordenador do Curso de Biossegurança da Fundação Oswaldo Cruz, Sílvio Valle, é preciso lembrar em primeiro lugar que nunca houve tal proibição na legislação. Sílvio esclarece que o plantio de organismos geneticamente modificados (OGMs) é permitido pela Lei de Biossegurança (Lei 8.974/95), desde que passe pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA-Rima) e por testes de segurança alimentar, além de cumprir normas claras e eficientes de rotulagem. Para Sílvio, essa safra de soja não foi submetida a estas normas e procedimentos do governo e, portanto, foi produzida ilegalmente.

O plantio ilegal deve-se, segundo o porta-voz da Presidência da República, André Singer, à precária fiscalização realizada pelo governo passado, fazendo com que os produtores continuassem a plantar e a comercializar sem autorização do governo. A fiscalização é feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pela Secretaria de Defesa Agropecuária.

O uso dos alimentos transgênicos, também conhecidos como Organismos Geneticamente Modificados (OGMs), é cercado de muita discussão e polêmica entre aqueles que defendem seu plantio e comercialização — como é o caso da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) — e aqueles, como os técnicos do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que se posicionam contra, alegando que tal manipulação genética é uma tecnologia de resultados imprevisíveis, podendo afetar a cadeia alimentar e o meio ambiente e gerar algum dano à saúde.



Atualmente, esse tipo de plantio cresce em média 12% ao ano e o cultivo comercial já é feito em 16 países desenvolvidos, dentre eles os Estados Unidos. No mundo, 51% do espaço para o plantio de soja foi ocupado por variedades geneticamente modificadas. No Brasil, o plantio de soja transgênica representa 8% da safra nacional, ou 4 milhões de toneladas de grãos, o que equivale a R\$ 10 bilhões. Além disso, a soja alterada em laboratório oferece uma economia de 40% em relação à soja comum e possui uma produtividade de entre 5% a 8% maior.

O plantio e a comercialização de OGMs teve início no país em 1998, quando técnicos da CTNBio (criada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso com o objetivo de julgar os organismos transgênicos) aprovaram o comércio de soja modificada geneticamente feita pela empresa Monsanto, que desenvolve produtos para o setor agrícola. A partir daí, órgãos como o Greenpeace e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entraram com uma ação na Justiça contra a Comissão, para impedir que esse comércio fosse feito, e iniciou-se uma discussão judicial que teve como foco as novas políticas públicas voltadas para o plantio e comercialização dos OGMs.

Hoje, a falta de fiscalização fez com que a safra de soja desse ano, produzida de forma irregular, ultrapassasse os 49 milhões de grãos, representando um importante percentual na produção agrícola brasileira. Para solucionar esse problema, o governo elaborou recentemente a seguinte estratégia:

- ♦ **Criação** de uma comissão ministerial (por meio do Decreto 4.602 de 21/02/2003), com o objetivo de encontrar uma solução jurídica para essa safra.

- ♦ **Os produtores** de soja foram obrigados a assinar um termo de ajustamento de conduta (TAC) comprometendo-se a apenas liberar a soja para o comércio após a fiscalização e autorização do governo.

- ♦ **Encaminhamento** pelo Ministério da Ciência e Tecnologia de uma proposta de decreto para que a CTNBio passe a atuar apenas como órgão consultivo, transferindo a responsabilidade de decidir sobre a liberação de OGMs para os Ministérios.

Segundo a ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que é contra o plantio e comercialização de transgênicos, a solução para o escoamento dessa safra de soja seria a exportação do produto sob a condição de que os produtores assinem o termo de ajustamento de conduta (TAC).

A LEGISLAÇÃO DOS TRANSGÊNICOS

1995 — O governo cria a Lei de Biossegurança (Lei 8.974/95) estabelece as normas para as atividades com os transgênicos e cria a Comissão Técnica de Biossegurança (CTNBio).

1998 — O primeiro OGM para plantio comercial feito pela Monsanto é aprovado pela CTNBio sem passar pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA).

2000 — O governo edita uma Medida Provisória (MP 2.191) que tem como objetivo reforçar os poderes da CTNBio no julgamento da biossegurança dos transgênicos.

2001 — O Decreto 3.871 torna obrigatória a rotulagem de alimentos com mais de 4% de ingredientes modificados.

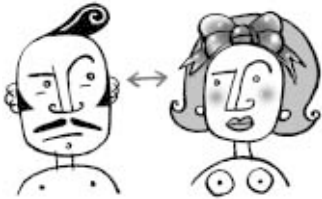
2002 — O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) determina que as atividades com transgênicos deverão ser autorizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

2003 — O governo cria uma comissão ministerial para discutir os rumos da soja transgênica produzida no país, avaliada em US\$ 1 bilhão. ■

SERVIÇOS

CURSOS

CURSO DE INTRODUÇÃO E METODOLOGIA DE PESQUISA EM GÊNERO



Tendo como meta a capacitação de trabalhadores, o 10º Curso regionalizado de introdução e metodologia de pesquisa em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva ocorrerá entre os dias 07 e 25 de julho, em Salvador. O curso está sendo promovido pelo Programa de Estudos em Gênero e Saúde do Instituto de Saúde Coletiva (UFBA), pela Escola Nacional de Saúde Pública e pelo Instituto de Medicina Social (UERJ). As inscrições estão abertas até o dia 30 de abril.

Mais informações: **UFBA**
Tel.: (71) 245-0544, ramal 253
E-mail: musa@ufba.br
Site: www.isc.ufba.br

PRÊMIOS

PRÊMIO FINEP

Com o objetivo de promover o desenvolvimento tecnológico, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) abriu inscrição para a sexta edição do Prêmio Finep de Inovação Tecnológica. As propostas deverão ser encaminhadas até o dia 15 de junho para uma das seguintes categorias: Produto e processo, empresa e instituição de pesquisa.

Mais informações: **Finep**
Praia do Flamengo, 200, 13º andar
Flamengo, Rio de Janeiro / RJ
CEP: 22210-030.
Tel.: (21) 2555-0555.
Site: www.finep.gov.br/premio/index.htm

EVENTOS

I CONGRESSO MINEIRO DE MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

Já estão abertas as inscrições para o I Congresso Mineiro de Medicina de Família e Comunidade, que aconte-

cerá entre os dias 23 e 25 de maio, em Belo Horizonte. Com o tema 'Medicina da Família e Comunidade: Qualidade e transformação', o evento conta com a parceria do governo do Estado de Minas Gerais e com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade.

Mais informações: **Associação Médica de Minas Gerais**
Avenida João Pinheiro, 161, Centro
Belo Horizonte / MG
CEP: 30130-180
Tel.: (31) 3247-1619
E-mail: smmfc@smmfc.cjb.net
Site: www.sbmfc.cjd.net

XVIII REUNIÃO ANUAL DA FESBE



A XVIII Reunião Anual da Federação A de Sociedades de Biologia Experimental (Fesbe), o XIX Congresso Brasileiro de Investigação Clínica e o XXVII Congresso Brasileiro de Neurociências e Comportamento acontecerão entre os dias 27 e 30 de agosto em Curitiba, Paraná.

Mais informações: **Fesbe**
Av. Prof. Lineu Prestes, 2415
USP — ICB III, São Paulo / SP
CEP: 05508-900
Tel.: (11) 3814-8266
Site: www.fesbe.org.br

XIX CONGRESSO DO CONASEMS

Tendo como tema central o processo de municipalização e os 15 anos do SUS, O XIX Congresso do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde acontecerá entre os dias 26 e 30 de abril em Belo Horizonte.

Mais informações: **Conasems**
Esplanada dos Ministérios, Bloco G
Sala 126, Ala B, Brasília / DF
CEP: 70058-900
Tel.: (61) 315-2828
Site: www.conasems.com.br

PUBLICAÇÕES

CARTILHA DO OSTOMIZADO

A sociedade Brasileira dos Ostomizados (SBO), em parceria com o Instituto Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), lançou recentemente a *Cartilha do ostomizado - João Alberto tem uma ostomia* com o objetivo de orientar pais, professores e profissionais de saúde sobre a tecnologia e o tratamento.

Mais informações: **SBO**
Avenida General Justo, 275, Bloco B
sala 318, Centro, Rio de Janeiro / RJ
Tel.: (21) 2262-2003
E-mail: sbo@olimpo.com.br
Site: www.ostomia.com.br

LIVROS

LANÇAMENTOS DA EDITORA FIOCRUZ

Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca, de Simone Monteiro. Ao investigar como jovens pobres concebem o cuidado com a saúde, o livro apresenta as redes de fatores envolvidos na mudança dos comportamentos dos sujeitos sociais e o vínculo entre a desigualdade social e a vulnerabilidade diante da infecção pelo HIV.



Arquivos da loucura: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria, de Vera Portocarrero. Utiliza a produção do psiquiatra Juliano Moreira e revela a descontinuidade na história da psiquiatria brasileira.



Mais informações: **Editora Fiocruz**
Avenida Brasil, 4036, sala 112
Manguinhos, Rio de Janeiro / RJ
CEP: 21040-361
Tel.: (43) 324-2340
E-mail: editora@fiocruz.br
Site: www.fiocruz.br/editora

E-mail para esta seção: radis@ensp.fiocruz.br
Jornalista responsável: Daniela Sophia

PÓS-TUDO

O teste de gravidez

Aristides Dutra

Sou brasileiro, solteiro, estou em meu juízo perfeito (acho), mas confesso: já fiz um teste de gravidez. Sim, eu. Foi a minha própria urina que foi mandada para o laboratório. Pode parecer esquisito, mas é verdade. E teve sua razão de ser.

Foi na época da faculdade, há uns vinte anos. Marta, uma colega de turma, me procurou desesperada porque caiu na besteira de dizer para uma prima que sua menstruação estava atrasada. A prima contou para a mãe e agora elas estavam exigindo um teste de gravidez. Ela me disse que queria decidir sozinha se teria ou não o filho, por isso, precisava de um exame negativo para acalmar a família e ganhar tempo. Ela pensou em pedir a uma amiga, mas desistiu porque qualquer mulher poderia, a princípio, estar grávida, mesmo sem saber. A única garantia absoluta que ela poderia ter seria pedindo a um homem. E lá fui eu, recolher urina para um teste de gravidez.

Isto foi uma semana antes do fim do semestre. E, coincidentemente ou não, a família de Marta mudou de cidade e nunca mais a vi. Não fiquei sabendo que decisão ela tomou. Nem podia perguntar a ninguém, porque ela só contou o caso para mim e perguntar a alguém seria dar bandeira.

A decisão de ter (ou não) filhos é um assunto que, há muito tempo, rompeu a barreira do casamento. E com os meios de controle da natalidade acessíveis hoje em dia, ter um filho se tornou uma decisão

consciente. Ou um descuido absoluto. Mas a garotada de hoje em dia parece que ainda não tomou pé da situação. Um dia, Vitor, meu sobrinho (então com 19 anos) atendeu ao telefone com os olhos esbugalhados e ficou repetindo: "Mas você tem certeza? Você tem certeza?" Longos minutos depois, ele desligou o telefone e me disse:

— Cara, você quase foi tio-avô. Minha namorada disse que tava grávida e ficou fazendo terror, dizendo que eu ia ser papai. Mas no final, ela disse que foi só a menstruação que atrasou uns dias, mas depois veio. Acho que ela me contou para ver como eu reagia.

Depois do susto da menina, ele ainda teve que ouvir a minha repreensão por não se prevenir. Eu fiquei lá, resmungando coisas e bancando o tio consciente. Não adiantou de nada, pois menos de dois anos depois eu finalmente me tornei tio-avô.

Sempre fico me lembrando dessas histórias cada vez que os jornais são invadidos por uma nova onda de crimes envolvendo pais e filhos. Um dia é uma filha que, com a ajuda do namorado, articula a chacina dos próprios pais. No outro, é um neto que, completamente drogado, estraçalha a avó indefesa. Agora, é um pai que arremessa



o próprio bebê contra um carro em movimento. Uma mãe não quer mais o filho? Ela simplesmente o atira no Rio Tietê. É menos complicado.

O que será que move essa gente? O que representa para eles colocar mais uma pessoa no mundo? Onde é que se aprende a ser um bom pai? É em casa? E quem teve maus pais, como é que faz? E a ser um bom filho, como é que se aprende? De quem é, hoje, a responsabilidade de educar: dos pais, da babá ou da creche? É perfeitamente compreensível que um novo mundo e novas organizações sociais pressuponham também novos padrões familiares, novos valores. Mas é inegável que alguma coisa deu muito errada no meio do caminho.

E Marta, por onde andar? Nunca mais tive notícias suas. Talvez tenha se casado, talvez tenha tido filhos e seja uma boa mãe (espero). Talvez tenha entrado para um convento, quem sabe? Obviamente, seu verdadeiro nome não é Marta. Mas não importa. É possível que um dia ela leia esta crônica e resolva entrar em contato para me contar de seu paradeiro. Mas dessa história toda, só de uma coisa eu tenho certeza: eu não estava grávido.

ora, pitulas...

BEM VINDOS AO
Big BrotherO PAREDÃO DE
HOJE É BRIGA
DE CACHORRO
GRANDE!MEU VOTO VAI PARA
O OSAMA, PORQUE
ELE NÃO JOGA
LIMPO!VOTO NO TONY BLAIR,
PRA ELE DEIXAR DE
SER PUXA-SACO!MEU VOTO VAI PRO
SADDAM, PORQUE
NINGUEM MAIS
USA AQUELE
BIGODÃO
RIDÍCULO!VOTO NO BUSH,
PORQUE ELE ACHA
QUE PODE DOMINAR
TODO MUNDO!MEUS AMIGOS, TEMOS
UM EMPATE, E POR
ISSO VÃO TODOS
PARA O PAREDÃO!